

UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA
INSTITUTO DE HUMANIDADES ARTES E CIÊNCIAS - CAMPUS JORGE AMADO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS
(PPGER/UFSB)

MOEMA TUPINAMBÁ
ROSILENE SOUZA DE JESUS

CACIQUE VAL TUPINAMBÁ

MOMBAECUABÁ ACUÍPE GÜYRÍ
(ENSINAR NO ACUÍPE DE BAIXO)

SABERES ANCESTRAIS E LUTA PELA DEMARCAÇÃO NAS ORIGENS DA
EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA TUPINAMBÁ NO ACUÍPE DE BAIXO - OLIVENÇA (ILHÉUS/BA)

TERRA INDÍGENA TUPINAMBÁ DE OLIVENÇA - ACUÍPE DE BAIXO (ILHÉUS/BA)
ITABUNA – BAHIA
AGOSTO/2023



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA
INSTITUTO DE HUMANIDADES ARTES E CIÊNCIAS
CAMPUS JORGE AMADO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO E RELAÇÕES ÉTNICO-
RACIAIS – PPGER/UFSB**

**MOEMA TUPINAMBÁ
ROSILENE SOUZA DE JESUS**

**MOMBAECUABA ACUÍPE GÜÝRI (ENSINAR NO ACUÍPE DE BAIXO)
SABERES ANCESTRAIS E LUTA PELA DEMARCAÇÃO NAS ORIGENS DA
EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA TUPINAMBÁ NO ACUÍPE DE BAIXO - OLIVENÇA
(ILHÉUS/BA)**

**TERRA INDÍGENA TUPINAMBÁ DE OLIVENÇA - ACUÍPE DE BAIXO (ILHÉUS/BA)
ITABUNA – BAHIA
AGOSTO/2023**

**MOEMA TUPINAMBÁ
ROSILENE SOUZA DE JESUS**

**MOMBAECUABA ACUÍPE GÜÝRI (ENSINAR NO ACUÍPE DE BAIXO)
SABERES ANCESTRAIS E LUTA PELA DEMARCAÇÃO NAS ORIGENS DA
EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA TUPINAMBÁ NO ACUÍPE DE BAIXO - OLIVENÇA
(ILHÉUS/BA)**

Dissertação em forma de Projeto de Intervenção, Memorial Descritivo e Produtos Educacionais, apresentada para Banca de Defesa como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais da Universidade Federal do Sul da Bahia - Instituto de Humanidades, Artes e Ciências - Campus Jorge Amado

Área de Concentração: Ensino e Relações Étnico Raciais nas Perspectivas Pós e Decoloniais

Orientador: Casé Angatu - Prof. Dr. Carlos José Ferreira dos Santos.

**TERRA INDÍGENA TUPINAMBÁ DE OLIVENÇA - ACUÍPE DE BAIXO (ILHÉUS/BA)
ITABUNA – BAHIA
AGOSTO/2023**

Catálogo na Publicação (CIP)
Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB)
Sistema de Bibliotecas (SIBI)

T928m Tupinambá, Moema, 1972-

Mombaecuaba Acuípe Güyri = Ensinar no Acuípe de Baixo :
saberes ancestrais e luta pela demarcação nas origens da
educação escolar indígena Tupinambá no Acuípe de Baixo -
Oliveira (Ilhéus/BA) / Moema Tupinambá (Rosilene Souza de
Jesus). – Itabuna: UFSB, 2023. -
103f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Sul da Bahia,
Campus Jorge Amado, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências,
Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais,
2023.

Orientador: Dr. Carlos José Ferreira dos Santos (Casé Angatu).
1. Indígenas - Educação. 2. Indígenas Tupinambá. 3. Acuípe de
Baixo – Oliveira (Ilhéus, BA). I. Título. II. Santos, Carlos José
Ferreira dos, Casé Angatu.

CDD – 370.11

Elaborada por Raquel da Silva Santos – CRB-5ª Região/ 1922



GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS - PPGER
MESTRADO PROFISSIONAL

Folha de Aprovação

Banca Dissertação em forma de Memorial Descritivo, Projeto de Intervenção e Produtos Educacionais do Mestrado Profissional em Ensino e Relações Étnico-Raciais – PPGER/UFSB, de Moema Tupinambá - Rosilene Souza de Jesus, intitulada *Mombaecuaba Acuípe Güyri (Ensinar no Acuípe de Baixo): Saberes Ancestrais e Luta pela Demarcação nas Origens da Educação Escolar Indígena Tupinambá no Acuípe de Baixo - Olivença (Ilhéus/BA)*, orientada por Casé Angatu - Prof. Dr. Carlos José Ferreira dos Santos, apresentada em 30 de agosto de 2023.

Profa. Dra. Jennifer Jacomini de Jesus
Instituição: Departamento de Artes Cênicas - UDESC
Examinadora Externa

Profa. Dra. Lúcia Marina de Almeida
Instituição: UFRN
Examinadora Externa

Profa. Dra. Ana Cristina Santos Peixoto
Instituição: UFSB/PPGER
Examinador Interno

Prof. Dr. Carlos José Ferreira dos Santos - Casé Angatu
Instituição: PPGER/UFSB e UESC/DFCH
Orientador

TERRA INDÍGENA TUPINAMBÁ DE OLIVENÇA - ACUÍPE DE BAIXO (ILHÉUS/BA)
ITABUNA – BAHIA
AGOSTO/2023

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à todas as pessoas que me ajudaram ao longo desta caminhada. As minhas filhas e meus familiares que são minha razão de viver.

Dedico aos meus pais falecidos a quem agradeço as bases que deram para me tornar a pessoa que sou hoje.

À Valdenilson Oliveira dos Santos (nosso Cacique Val), em memória, ao seu jeito de ser e ao amor que tinha por essa formação. Val me deu a honra de seguirmos juntos, mas que foi interrompida por Tupã (Deus). A sua presença espiritual me guiará na conclusão de mais um propósito.

Em especial aos meus colegas de luta Tupinambá de Olivença, que com suas vivências e histórias ajudaram na minha afirmação enquanto indígena e pertencente a um Povo.

Dedico a minha Aldeia Acuípe de Baixo e em especial ao Colégio Estadual Indígena Tupinambá Acuípe de Baixo (CEITAB). Lugar que com sua história se tornou um espaço de transformação, vivência e saberes que sempre me permitiram estar na busca de uma educação, diferenciada e específica.

KWEKATWRETÉ

AGRADECIMENTOS

Foi difícil superar as dificuldades para hoje chegar à reta final. Foram muitas noites de estudo em frente a uma tela de computador ou celular. Adversidades também geradas no enfrentamento da pandemia, quando convivemos com a distância, medo e insegurança de não sabermos se iríamos sobreviver aquele momento pandêmico. Foram momentos intensos de interação, respeito e conhecimento.

Kwekatu (agradeço) ao meu pai Tupã, por ter estado ao meu lado em cada instante desse percurso. Sou grata à todas as pessoas que sempre me deram forças. Esta etapa termina e eu só peço que a vida me dê a oportunidade de viver muitas outras experiências assim.

Kwekatu à minha família, em especial minhas filhas: Adriane Nascimento de Jesus e Amanda Nascimento de Jesus. Elas estiveram sempre ao meu lado, oferecendo apoio e dando forças.

Kwekatu eternamente a Valdenilson Oliveira dos Santos (nosso Cacique Val – Porã Tupinambá) por passarmos momentos especiais de aprendizados e de grandes propósitos. Assim, seguiremos em memória na conquista dos nossos objetivos que foram seus também. Você estará presente para sempre no meu coração.

Agradeço grandemente a Doutora, Colega e Irmã Janaina Luanda e ao Doutor Francisco Samuel por assegurarem nosso direito em seguirmos no mestrado, alcançando esta etapa.

Sigo agradecendo ao meu orientador Casé Angatu - Carlos José F. dos Santos, que mesmo com seu problema de saúde foi comprometido com a orientação, nos acompanhando com dedicação, preocupação, respeito e carinhos chegamos ao final dessa etapa.

Ao Coordenador do PPGER/UFSB - Campos Jorge Amado, Professor Doutor Milton Ferreira da Silva Junior, pela preocupação, compromisso, atenção e respeito por nossa turma. Agradeço grandemente.

Kwekatu de uma forma mais especial a quem sempre acreditou “em mim” ao longo desta jornada e cujo apoio tornou este dia possível.

Kwekatu também a todas/todos professoras/professores dos componentes curriculares que cursei no mestrado do PPGER/UFSB, pela dedicação e o empenho a cada quadrimestre estudado.

Kwekatu à Márcia Senger por sua dedicação, empenho, atenção e ajuda. Ajudou muito a traçar mais esse importante caminho na busca dos meus objetivos. Quanta paciência e ensinamentos! Você faz parte dessa conquista.

Kwekatureté às Arte-Educadoras e Artistas: Professora Doutora Jennifer Jacomini de Jesus (UDESC) e Professora Doutora Lígia Marina de Almeida (UFRN) - Parenta Juma por participarem desta banca de mestrado e da banca de qualificação, apresentando caminhos que alteraram até a ordem dos capítulos desta dissertação - como veremos nos transcursos do texto.

Kwekatu novamente ao Prof. Dr. Milton Ferreira da Silva Júnior, que enviou durante a qualificação suas contribuições por escrito, oferecendo fundamentais contribuições. Desejo que o Professor Milton se recupere o mais rápido possível de seu tratamento médico, que impossibilitou sua presença na banca de mestrado.

Kwekatureté à Professora Ana Cristina Santos Peixoto, por aceitar participar dessa banca. Eu e meus colegas de turma nutrimos uma profunda admiração pela professora Ana, por suas reflexões qualificadamente conceituais, e compromissos socioculturais com os alunos do PPGER/UFSB.

Que Tupã (Deus) retribua em dobro todo o amor e o carinho que me deram!

EPÍGRAFE



As duas imagens são da Caminhada Tuambá, Caciques e Lideranças. Local: TI Tupinambá (Ilhéus/BA). Autoria: Mauricio Pinheiro. Data: 2017.

RESUMO

Esta dissertação procura ponderar sobre a importância das memórias, saberes ancestrais e da luta pela demarcação na Terra Tupinambá de Olivença (Ilhéus/BA) para as origens da Educação Escolar Indígena daquele Povo. Especificamente tratarei da localidade chamada como Acuípe de Baixo, localizada no Território Tupinambá. O contexto aqui apresentado resultou na construção do Colégio Estadual Indígena Tupinambá Acuípe de Baixo (CEITAB) em 2014. Da mesma forma, o trabalho em sua totalidade busca relacionar o quanto a Educação Escolar Tupinambá também fortaleceu a luta pelo Reconhecimento Étnico do Povo Tupinambá, pela Demarcação das suas Terras e na conquista de outros direitos. As ponderações presentes neste texto são feitas a partir da minha atuação como Mulher Indígena e educadora Tupinambá. Da mesma forma, são consideradas oralidades de outras pessoas indígenas do meu Povo, que foram gravadas em vídeo e disponibilizadas como domínio público no youtube. A ideia é contribuir com a elaboração de materiais pedagógicos contracoloniais e indigenamente autoconstruídos para serem utilizados no Colégio Estadual Indígena Tupinambá Acuípe de Baixo e em outras Escolas do Povo do qual sou parte. Busco assim, recontar a história da resistência, (re)existência e protagonismos Tupinambá a partir de nossas próprias narrativas. Desejo que este estudo se torne uma contribuição neste sentido e uma demonstração de que isso é possível.

Palavras-chave: Tupinambá, Olivença/BA, Educação Escola Indígena, Memória, (Re)Existência, Resistência, Contracolonialidade,

ABSTRACT

This dissertation seeks to consider the importance of memories, ancestral knowledge and the struggle for demarcation in the Tupinambá de Olivença Land (Ilhéus/BA) for the origins of the Indigenous School Education of that People. Specifically, I will deal with the locality called Acuípe de Baixo, located in the Tupinambá Territory. The context presented here resulted in the construction of the Colégio Estadual Indígena Tupinambá Acuípe de Baixo (CEITAB) in 2014. Likewise, the work in its entirety seeks to relate how much Tupinambá School Education also strengthened the struggle for Ethnic Recognition of the Tupinambá People, for Demarcation of their Lands and the conquest of other rights. The considerations present in this text are based on my work as an indigenous woman and Tupinambá educator. Likewise, speeches by other indigenous people of my people that were recorded on video and made available in the public domain on YouTube are considered. The idea is to contribute to the development of counter-colonial and indigenously self-constructed pedagogical materials to be used at the Colégio Estadual Indígena Tupinambá Acuípe de Baixo and at other Escolas do Povo of which I am a part. In this way, I seek to retell the history of resistance, (re)existence and Tupinambá protagonism from our own narratives. I hope that this study becomes a contribution in this direction and a demonstration that this is possible.

Keywords: Tupinambá, Olivença/BA, Indigenous School Education, Memory, (Re)Existence, Resistance, Countercoloniality,

LISTA DE IMAGENS

Fotografias

| | |
|--|-------|
| Capa: Cacique Val - Porã Tupinambá | Capa |
| Epígrafe: I ^a . Foto - Caminhada Tupinambá. Aatoria Mauricio Pinheiro..... | p. 08 |
| Epígrafe: II ^a . Foto – Caciques/Lideranças Caminhada Tupinambá/2017. Aatoria Mauricio Pinheiro..... | p. 08 |
| Fotografia 01: Águas de um dos Ygarapés do Acuípe de Baixo..... | p. 15 |
| Fotografia 02: Travessia do Rio no Acuípe para a Ilha do Desejo..... | p.18 |
| Fotografia 03: Primeiro espaço de sala de aula no Acuípe de Baixo..... | p. 23 |
| Fotografia 04: Minha cozinha como sala de aula no Acuípe de Baixo..... | p. 27 |
| Fotografia 05: Minha Mãe e minha Avó – matriarcas que formam as bases da identidade e memória do nosso Povo..... | p. 32 |
| Fotografia 06: Foto da minha infância quando era uma kuñatã..... | p. 35 |
| Fotografia 07: Minha Avó Julia Rosa e minha Mãe Edite Moreira..... | p. 38 |
| Fotografia 08: Nessa Imagem: Encontro de Anciãs/Anciões Tupinambá..... | p. 46 |
| Fotografia 09: Encontro de Anciãs/Anciões Tupinambá..... | p. 47 |
| Fotografia 10: Minha casa como Núcleo Escolar..... | p. 49 |
| Fotografia 11: Os 500 Anos dos Invasores..... | p. 52 |
| Fotografia 12: Os 500 anos de resistência Indígena – I..... | p. 53 |
| Fotografia 13: Os 500 anos de resistência Indígena – II..... | p. 54 |
| Fotografia 14: Caminhada Tupinambá de 2017..... | p. 56 |
| Fotografia 15: A Segunda Caminhada Tupinambá..... | p. 57 |
| Fotografia 16: Réplica do Manto Tupinambá na Segunda Caminhada..... | p. 58 |

| | |
|---|-------|
| Fotografia 17: Reintegração de Posse em 2011..... | p. 62 |
| Fotografia 18: Formação Pedagógica em 1996..... | p. 67 |
| Fotografia 19: Participamos do Encontro Mundial Eclesial..... | p. 73 |
| Fotografia 20: Equipe de Alfabetizadores em 2002..... | p. 75 |
| Fotografia 21: Minha casa como lugar de luta - 2001..... | p. 76 |
| Fotografia 22: Nossos Anciões - 2002..... | p. 81 |
| Fotografia 23: Teto do Espaço de Reuniões do nosso Colégio..... | p. 91 |
| Mapas e Plantas | |
| Planta 01: Localização do Acuípe de Baixo..... | p.17 |

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- ANAI– Associação Nacional de Ações Indigenistas.
- APIB – Articulação dos Povos Indígenas do Brasil
- APOINME - Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo
- CAPOREC - Coletivo de Alfabetizadores Populares da Região Cacaueira
- CEITA - Colégio Estadual Indígena Tupinambá Amotara
- CEITAB - Colégio Estadual Indígena Tupinambá do Acuípe de Baixo
- CEITO - Colégio Estadual Indígena Tupinambá de Olivença
- CJA – Campus Jorge Amado
- CIMI – Conselho Indigenista Missionário
- EEITAB - Escola Estadual Indígena Tupinambá do Abaeté
- FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
- FUNAI – Fundação Nacional do Índio
- FUNASA - Fundação Nacional de Saúde
- ISA – Instituto Socioambiental
- MEC – Ministério da Educação
- PNE – Plano Nacional de Educação
- PPGER – Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais
- RCNEI – Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas
- REDA – Regime Especial de Direito Administrativo
- SESAI – Secretaria de Saúde Indígena
- T.I. – Terra Indígena
- UESC – Universidade Estadual de Santa Cruz
- UFSB – Universidade Federal do Sul da Bahia

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| APRESENTAÇÃO: UMA DISSERTAÇÃO QUE FLUI NOS YGARAPÉS QUE BANHAM MEU Povo..... | 15 |
| I – MANEJOS (“PROJETO DE INTERVENÇÃO”): AUTOCONSTRUÇÃO INDÍGENA DE MATERIAIS PEDAGÓGICOS CONTRACOLONIAIS A PARTIR DAS LUTAS E MEMÓRIAS TUPINAMBÁ..... | 23 |
| 1.1. MATERIAIS PEDAGÓGICOS INDÍGENA E CONTRACOLONIALMENTE AUTOCONSTRUÍDOS A PARTIR DE NOSSAS HISTÓRIAS DE VIDA..... | 24 |
| 1.2. “PENSAMOS O QUE FAZER ... FAZENDO..... | 26 |
| 1.3. FRUTOS PEDAGÓGICOS DAS LUTAS E MEMÓRIAS TUPINAMBÁ ACUÍPE DE BAIXO..... | 29 |
| II – MEMÓRIAS DE VIVÊNCIAS (“MEMORIAL DESCRITIVO”) COMO FRUTOS (“PRODUTOS”) EDUCACIONAIS: SOU PARTE DA LUTA DE MEU Povo..... | 32 |
| 2.1. AUTORIA INDÍGENA COMO UMA HISTÓRIA NATURALMENTE CONTRACOLONIAL..... | 33 |
| 2.2. KUÑATĀ – INFÂNCIA: “ÍNDIO TINHA QUE VIVER CORRIDO PARA NÃO MORRER”..... | 35 |
| 2.3. CHEGADA NO ACUÍPE DE BAIXO E O ENFRENTAMENTO COM OS QUE SE DIZEM DONOS DA TERRA..... | 39 |
| 2.4. “QUEBRA DE BRAÇO”: COMUNIDADE, CACIQUE E LIDERANÇAS VERSUS GRUPO DE ESTRANGEIROS EM NOSSAS TERRAS..... | 43 |
| III – FRUTOS (“PRODUTOS”) EDUCACIONAIS: As ORIGENS ANCESTRAIS DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NO ACUÍPE DE BAIXO..... | 49 |
| 3.1. CONSTRUÍMOS MATERIAIS PEDAGÓGICOS AO MESMO TEMPO QUE LUTAMOS E REGISTRAMOS NOSSAS MEMÓRIAS..... | 50 |
| 3.2. DECIDIMOS ENTÃO AUTODEMARCAR TODO NOSSO TERRITÓRIO NO ACUÍPE E A PRIMEIRA RETOMADA OCORREU EM 2005..... | 59 |
| 3.3. ORIGENS DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NO ACUÍPE DE BAIXO E AS PRIMEIRAS CONSTRUÇÕES DE MATERIAIS PEDAGÓGICOS..... | 64 |
| 3.4. OFICIALIZAÇÃO DO QUE JÁ EXISTIA: EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA TUPINAMBÁ..... | 71 |
| IV – FRUTOS (“PRODUTOS”) EDUCACIONAIS: MEMÓRIAS/ORALIDADES – RECONTAR NOSSAS HISTÓRIAS A PARTIR DAS NOSSAS NARRATIVAS..... | 81 |
| 4.1. MEMÓRIAS QUE FLUEM NAS ORALIDADES..... | 82 |
| 4.2. FALA PARENTA ... FALA PARENTE..... | 84 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS: SEGUIR NA LUTA COM MEU Povo..... | 91 |
| BIBLIOGRAFIA..... | 94 |
| FONTES: MEMÓRIAS/ORALIDADES, DOCUMENTOS OFICIAIS E MAPAS..... | 98 |

**APRESENTAÇÃO:
UMA DISSERTAÇÃO QUE FLUI NOS YGARAPÉS QUE BANHAM
MEU POVO**

Fotografia 01: Águas de um dos Ygarapés do Acuípe de Baixo. Autoria: Desconhecida. Local: Acuípe de Baixo – Terra Indígena (TI) Tupinambá (Ilhéus/BA). Fonte: Acervo Particular. Data: 2022.

Olha o fogo,

*olha o fogo,
canaviá*

*quero ver laborar,
canaviá*

*a cana tá madura,
canaviá*

*para fazer rapadura,
canaviá*

*a cana tá devez,
canaviá
para queimar outra vez
(Canção Ritual Tupinambá)*

A história da educação escolar indígena Tupinambá de Olivença no Acuípe de Baixo possui a mesma pulsação da resistência do meu Povo pelo direito à terra demarcada. Uma luta que tem como chão a (re)existência das memórias e dos saberes ancestrais.

Assim, palavras como resistência, (re)existência, memória e ancestralidade expressam muito dos sentimentos e protagonismos do Povo do qual sou parte. Ajudam a entender a força que possuímos para lutarmos e resistirmos. Desta maneira, a expressão (re)existência é entendida aqui como energia vital advinda das “nossas memórias, identidades, histórias, cosmologias, saberes ancestrais e indianidade”, sempre inspirando à direção de caminhos a serem percorridos.¹

Sou uma Mulher Indígena Tupinambá, Educadora e junto com todas as pessoas da minha comunidade mantemos vivas nossa ancestralidade em nossos corpos, almas e enfrentamentos. Contracolonialmente lutamos para que o Território onde vivemos seja respeitado, demarcado e a Natureza Sagrada protegida, bem como as memórias de nossas/nossos Anciãs/Anciões.

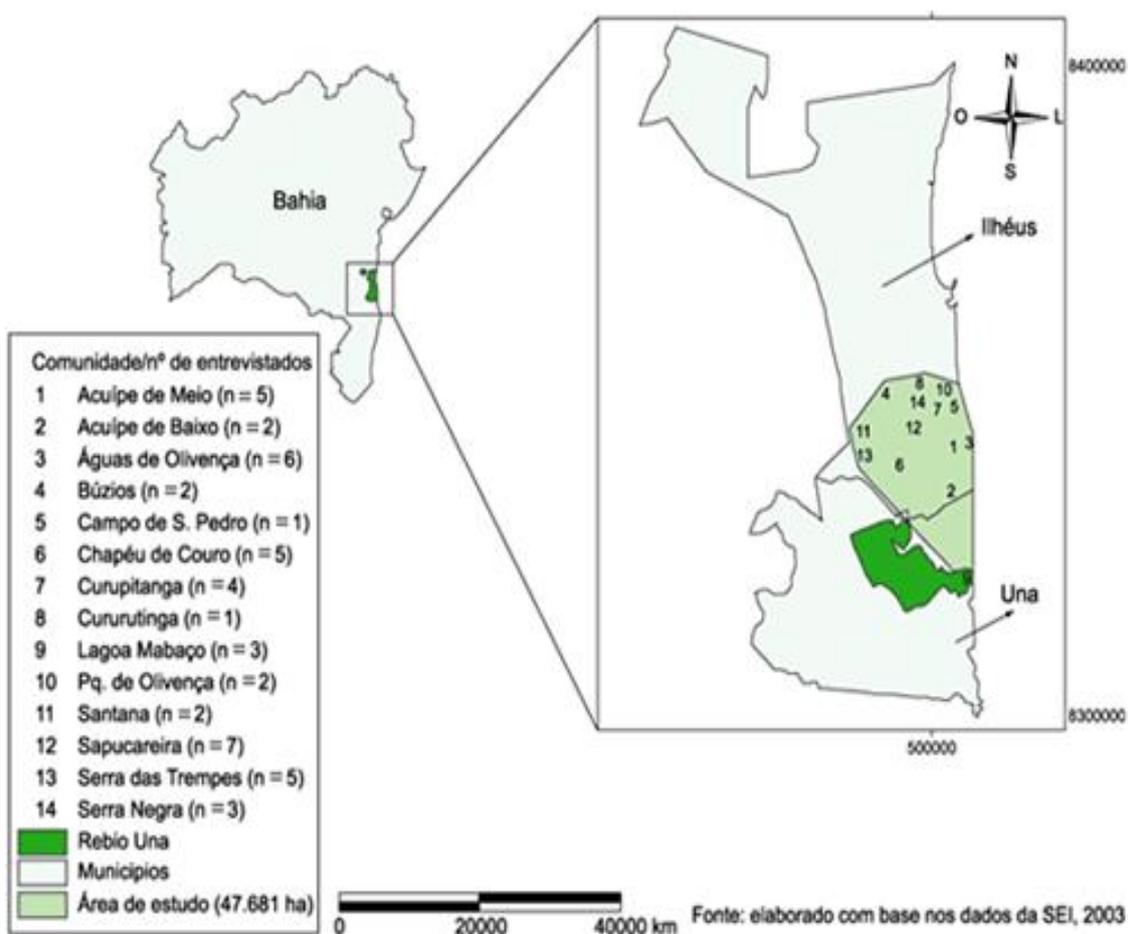
Digo que lutamos contra colonialmente no sentido pleno dessa terminologia. Saliento isto, porque moro com meu Povo em uma das primeiras

¹ Esses sentidos da palavra (re)existência somada à memória e identidade também podem ser acompanhados no texto: *Lutas Indígenas, (Re)Existências e Resistências: Maramoñanga Ñerana Icobé*. (Ayra Tupinambá & Angatu, 2022, p, 192-193).

áreas onde ocorreram as invasões europeias e as imposições do que se chamou de sistema colonial no século XVI.

Secularmente desde então as invasões europeias e seu colonialismo geraram e ainda criam coloniais ações de genocídio, etnocídio e espoliações de nossas terras. No Acuípe de Baixo onde vivo, não é diferente e de certa forma isso ocorre de modo bem radical.

Como permite visualizar a planta que segue, o Acuípe de Baixo fica localizado entre os municípios de Ilhéus e Una.



Planta 01: Localização do Acuípe de Baixo. Autoria: Pereiral e Schiavettill, mar. 2010.

OBS: As Plantas e Mapas deste texto encontram-se em suas citações completas na parte intitulada como Fontes.

Porém, antes de qualquer divisão política e administrativa não indígena, nosso território é parte da ancestral Terra Indígena (TI) Tupinambá de Olivença. Atualmente estamos lutando para que seja definitivamente demarcado, apesar de todo o processo jurídico já percorrido.

Vale destacar que o Povo Tupinambá de Olivença conquistou, por meio de sua luta, o *Reconhecimento Étnico Oficial da Fundação Nacional do Índio (FUNAI)* em 13 de maio de 2002. Depois de aproximadamente sete anos [...], em 20 de abril de 2009, o *Diário Oficial da União* publicou o “Relatório Circunstanciado de Delimitação da Terra Indígena Tupinambá de Olivença”, feito também pela FUNAI, demarcando 47.360 hectares entre as cidades de Ilhéus, Una e Buerarema (Ayra Tupinambá, 2020, p. 18-19).²

Nosso território encontra-se entre rios, mangues, à beira mar e possui uma Ilha (Ilha do Desejo). Parte do lugar onde moramos adentra a Mata Atlântica e a Reserva Biológica (REBIO) do município de Una, como fica perceptível pela planta anterior e na foto que segue:



Fotografia 02: Travessia do Rio no Acuíce para a Ilha do Desejo que fica a beira mar. No local, o rio encontra o mar e forma mangues. Local: Acuíce de Baixo – Terra Indígena (TI) Tupinambá (Ilhéus/BA). Fonte: Acervo Particular. Data: 2022.

² Fontes: FUNAI. Nota Técnica n. 01/CGEP/02, 13 de maio de 2002; FUNAI. Resumo do Relatório Circunstanciado de Delimitação da Terra Indígena Tupinambá de Olivença, 20 de abril de 2009; FUNAI. Relatório Final Circunstanciado de Identificação da Terra Indígena Tupinambá de Olivença, 2008.

Além de suas belezas naturais, o Acuípe como escrevi antes, é o lugar onde também protagonizamos cotidianamente nossa resistência baseada na (re)existência das memórias ancestrais. Aliás, é esse protagonismo de luta que mantém o Acuípe ainda preservado contra a especulação imobiliária e construtoras, que desejam devastar a natureza para a exploração do turismo e realizar grandes empreendimentos (Cacique Val – Porã Tupinambá, 28 ago. 2023).

Começo assim essa dissertação, porque o presente texto trata da importância das memórias ancestrais, de seus saberes e da luta de meu Povo na forma de educarmos nossas kuñatãs e kurumins. Educação indígena feita cotidianamente antes mesmo da educação escolar e da construção do nosso Colégio Estadual Indígena Tupinambá Acuípe de Baixo (CEITAB).

Desejo com isso logo de início valorizar a Educação Escolar Indígena que **praticamos** para fortalecer a preservação desses nossos conhecimentos ancestrais, revigorando a luta por direitos. Ou seja, é a ancestralidade existente na Comunidade do Acuípe de Baixo, que fundamenta sua educação escolar e o seu atual Colégio Estadual Tupinambá. Ao mesmo tempo, a Educação Escolar Indígena impulsiona nossa luta pela demarcação territorial e por direitos.

Essa interação pode ser notada na legislação que regulamenta a Educação Escolar Indígena. Vale lembrar que, a legislação sobre às Escolas Indígenas foi fruto da luta dos Povos Originários no Brasil.

O Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI - 1998), é um ótimo exemplo. neste sentido, ao assinalar quais seriam os seus fundamentos:

1. Multietnicidade, pluralidade e diversidade;
2. Educação [relacionada aos] conhecimentos indígenas;
3. Autodeterminação;
4. Comunidade educativa indígena;
5. Educação intercultural, comunitária, específica e diferenciada (Bílingue/multilíngue) (FONTES: MEC, 1998, p. 20-23)³

³ Os documentos oficiais de governos e organizações governamentais brasileiras e internacionais encontram-se neste trabalho na parte intitulada: *Fontes: Memórias/Oralidades, Documentos Oficiais e Mapas.*

Em nosso Colégio no Acuípe de Baixo, caminhamos pelo chão da interação, entre os conhecimentos indígenas e a Educação Escolar Indígena, cujo solo mais profundo são as memórias e saberes ancestrais. Desde cedo aprendemos com nossas(os) Anciãs/Anciões que a nossa luta é grande, sagrada e parte de nossos saberes.

Uma das canções que entoamos durante os Poransy (nome dos rituais Tupinambá) diz o quanto isto os importa:

Tupinambá
também conhece
A palavra
que fortalece
Que palavra é essa?
É a palavra de fé
Que a nossa vida
nos mantém de pé

(“Tradução” da Canção Ritual Tupinambá que iniciamos esta *Apresentação*)

Esta dissertação procura mostrar alguns dos caminhos que percorri junto com meu Povo até aqui, e que estou colocando no formato de redação. Percursos entrelaçados com minha própria história de vida e luta como Mulher Tupinambá, Professora Indígena e moradora na Comunidade do Acuípe de Baixo.

Portanto, o que segue é uma redação baseada em minhas vivências junto à comunidade onde moro. Desejo que mesmo de forma modesta, este exercício contribua contracolonialmente, para que pessoas indígenas conquistem cada vez mais “o direito de gerar suas próprias” compreensões e escritas sem “intermediários”. Perspectiva que nos ensina a também Mulher Indígena Aymara, Boliviana, Educadora e lutadora por direitos: Silvia Rivera Cusicanqui (Cusicanqui, 2008, p. 160).⁴

Caminho assim pela terra pisada em conjunto com o orientador deste trabalho: o Parente e Professor Casé Angatu – Indígena e morador de nosso Território na Comunidade no Syrhyba.

⁴ Sobre o protagonismo feminino indígena importa muito a leitura de autoras como: Julieta Paredes (2016 e 2019) e de Silvia Rivera Cusicanqui (1984, 2008 e 2010.)

A ideia é escrever neste texto de mestrado, como minhas vivências se interlaçam com a história das origens da Educação Escolar Indígena, e na posterior criação do Colégio Estadual Indígena Tupinambá do Acuípe de Baixo (CEITAB). Do mesmo modo, busco expressar como essa trajetória resultou na procura por realizar o mestrado no Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais da Universidade Federal do Sul da Bahia (PPGER/UFSB).

Conforme o Parente e Prof. Casé Angatu assinala, os sentidos das dissertações que ele constrói em conjunto conosco (orientandos no PPGER/UFSB) são compostos por três caminhos (capítulos) entrelaçados o tempo todo, tornando-se uma “coisa só”: *Projeto de Intervenção, Memorial Descritivo e Produtos Educacionais*.

Denominações que foram rebatizadas durante as orientações, seguindo a forma como nós indígenas descrevemos nossas atuações junto à natureza: *Manejos* (“Projeto de Intervenção”), *Memórias de Vivências* (“Memorial Descritivo”) e *Frutos* (“Produtos Educacionais”). Como assinalei no parágrafo anterior: *Manejos, Vivências e Frutos* compoem uma totalidade e tornando-se em si *Semente* para novamente germinar.

Da mesma forma, essas expressões são para valorizar os saberes ancestrais e as relações que possuímos com a natureza onde manejamos a terra, as águas e as sementes que germinam oferecendo frutos. Assim, desejamos com isto contribuir com a decolonização da produção de conhecimentos acadêmicos a partir dos saberes originários.

Na dissertação inicialmente trato no primeiro capítulo dos *Manejos* (“Projeto de Intervenção”), que utilizei para construir este trabalho a partir de um exercício de autoconstrução Indígena, buscando constituir materiais pedagógicos contracoloniais a partir das lutas e memórias Tupinambá. Analiso as razões que me levaram após a banca de qualificação alterar a ordem dos capítulos da dissertação. Apresento ainda quais foram os Frutos Pedagógicos resultantes desta dissertação.

O segundo capítulo ficou denominado como: *Memórias de Vivências* (“*Memorial Descritivo*”), como *Frutos* (“*Produtos*”) *Educacionais*. Nele reflito sobre dimensões do que chamam hoje de autoria indígena. Algo que aqui é apresentada como sendo naturalmente contracolonial.

Na sequência narro e pondero sobre a minha história familiar, e como isso assinalo para presença de populações indígenas também fora do Território Originário de Olivença. Uma dimensão ainda pouco estudada em nossa região – Ilhéus.

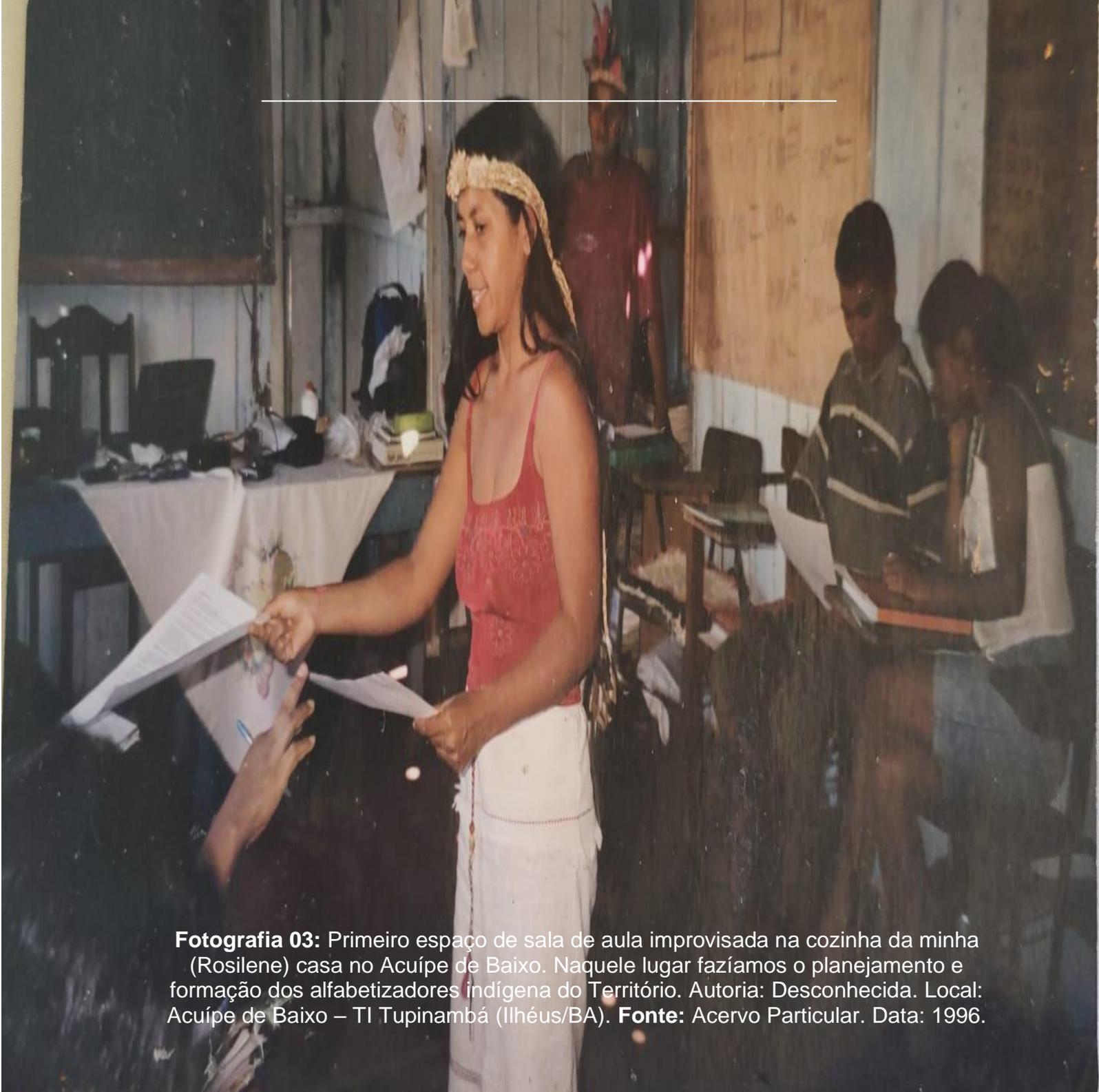
Depois escrevo sobre a minha chegada no Acuípe e de minha família. Uma época marcada de enfrentamentos contra a especulação e os ditos proprietários de terra. Por fim, trato do início do movimento que resultou no reconhecimento étnico e territorial Tupinambá.

No terceiro capítulo da presente dissertação, apresento mais *Frutos* (“*Produtos*”) *Educacionais* que tratam das *Origens Ancestrais da Educação Escolar Indígena no Acuípe de Baixo*. A ideia foi assinalar como a luta pela autodemarcação do território indígena no Acuípe de Baixo vinculou-se com as origens da Educação Escolar Indígena.

Do mesmo modo, narro como nossa atuação como indígenas da luta por direitos, possibilitou a construção de materiais pedagógicos sobre nossa própria história. Finalizo o capítulo assinalando que o reconhecimento da nossa existência como Educadoras/Educadores Indígenas só oficializou algo que já fazíamos por vários anos.

O último capítulo do trabalho apresenta novamente mais *Frutos* (“*Produtos*”) *Educacionais* de nossos manejos. Nele trato das oralidades que registrei em formato de vídeos apresentados como domínio público no youtube. Além de apresentar o que foi feito analiso a importância da oralidade como uma das formas de fazer valer um dos principais desejos dessa dissertação: recontar nossas histórias a partir das nossas próprias narrativas.

I – MANEJOS (“PROJETO DE INTERVENÇÃO”):
AUTOCONSTRUÇÃO INDÍGENA DE MATERIAIS PEDAGÓGICOS
CONTRACOLONIAIS A PARTIR DAS LUTAS MEMÓRIAS
TUPINAMBÁ



Fotografia 03: Primeiro espaço de sala de aula improvisada na cozinha da minha (Rosilene) casa no Acuípe de Baixo. Naquele lugar fazíamos o planejamento e formação dos alfabetizadores indígena do Território. Autoria: Desconhecida. Local: Acuípe de Baixo – TI Tupinambá (Ilhéus/BA). **Fonte:** Acervo Particular. Data: 1996.

*Somos Tupinambá
que não nega nossa nação
somos geniosos
mas temos bom coração*

*Somos bravas e bravos
guerreiras e guerreiros
por nossas terras
vamos lutar*

*Espalhar nossas sementes
nossa aldeia germinar
(Canção Ritual Tupinambá)*

1.1 MATERIAIS PEDAGÓGICOS INDÍGENA E CONTRACOLONIALMENTE AUTOCONSTRUÍDOS A PARTIR DE NOSSAS HISTÓRIAS DE VIDA

Seguindo os diálogos com o orientador desta dissertação, colocamos como seu primeiro capítulo o *Projeto de Intervenção* aqui denominado com o título de *Manejos*. Isto ocorreu porque percebemos que esta parte caso ficasse no segundo capítulo, produziria uma quebra narrativa e conceitual no que proponho apresentar

A decisão aconteceu também a partir das ponderações que fizemos em relação aos caminhos abertos pelas qualificadas, e generosas considerações feitas pela banca de qualificação realizada em julho/2023. Aproveito novamente para agradecer (kwekatu) às Arte-Educadoras e Artistas: Profa. Dra. Jennifer Jacomini de Jesus (UDESC) e Profa. Dra. Lígia Marina de Almeida (UFRN) - Parenta Juma, bem como ao Prof. Dr. Milton Ferreira da Silva Junior.

Para esclarecer melhor a alteração na ordem dos capítulos que também é conceitual assinalo que o principal *Projeto de Intervenção (Manejos)* desta dissertação era inicialmente: elaborar materiais pedagógicos contracoloniais e indigenamente autoconstruídos sobre as origens do Colégio Estadual Indígena Tupinambá do Acuípe de Baixo.

Após a banca de qualificação, na medida que concluía o texto final da

dissertação e a partir das orientações do Prof. Casé Angatu, alterei o objetivo principal do trabalho. Continuei com a busca por elaborar materiais pedagógicos contracoloniais e indigenamente autoconstruídos, mas em relação *as origens da Educação Escolar Indígena Tupinambá no Acuípe de Baixo - Olivença (Ilhéus/BA)* que posteriormente gerou a construção do nosso Colégio Estadual Indígena.

Assim, busco apresentar aqui o contexto anterior à criação da nosso Colégio a partir da minha atuação como militante indígena e como relacionado aos saberes originários, memórias ancestrais e parte da luta por direitos do Povo Tupinambá. Um contexto no qual a minha história de vida e lutas é inseparável por ser mulher Tupinambá, professora e moradora na Comunidade do Acuípe de Baixo.

Por isto aqui o *Memorial Descritivo (Memórias de Vivências)* é apresentado no segundo capítulo e permeia o terceiro. Esses dois capítulos (segundo e terceiro) e os vídeos que gravamos com as oralidades de algumas pessoas Parentas constituem os *Frutos (“Produtos”) Educacionais* desta dissertação. Isto é, em conjunto formam os materiais pedagógicos indígena contracolonialmente autoconstruídos com meu Povo a partir de nossas histórias de vida

Assim a intenção desta dissertação é também fortalecer entre minhas/meus Parentas/Parentes a autoprodução de materiais pedagógicos originários próprios no Colégio Estadual Indígena Tupinambá Acuípe de Baixo. Procuro com isso colocar em prática o que é proposto pelo já citado *Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas* (RCNEI) ao assinalar que nossos espaços educacionais deveriam ter como parâmetros, entre outros:

[...] educação [relacionada aos] conhecimentos indígenas; autodeterminação; comunidade educativa indígena; educação intercultural, comunitária, específica e diferenciada (BRASIL, 1998, p. 20-23).

Ou seja, objetivei autoconstruir materiais pedagógicos próprios a partir de nossas memórias de maneira indigenamente Paulo freriana, autonomista e

contracolonial.⁵ Neste sentido, as narrativas das minhas *Memórias de Vivências (Memorial Descritivo)* soma-se à outras narrativas e fazem parte dos *Frutos (“Produtos”) Educacionais* deste trabalho exposto a partir do seu segundo e terceiro capítulos, bem como nos vídeos.

Por isto que para não produzir uma redação descontínua alocamos este capítulo sobre os Manejos (*Projeto de Intervenção*) como a primeira parte do trabalho para justamente fazer o que estamos fazendo: apresentar como manejamos nossa atuação.

1.2 “PENSAMOS O QUE FAZER ... FAZENDO”

Do mesmo modo, seguindo as considerações do orientador deste trabalho e da banca de qualificação, considero que minhas intervenções (manejos) como educadora ocorreram antes mesmo da ideia de produzir uma dissertação de mestrado. Como assinalei, minha trajetória de vida como Mulher Indígena é parte da história da luta por direitos e pela Educação Escolar Indígena da comunidade originária onde vivo.

Estas intervenções (manejos) são até naturais quando se vive coletivamente numa comunidade que batalha pela demarcação de suas terras. Um dos principais frutos dessas intervenções foi a própria criação do Colégio Estadual Indígena Tupinambá Acuípe de Baixo.

A foto que abre este capítulo e que volto a reproduzir assinala nesta direção.

⁵ Sobre esta compreensão lemos: Candal, 2008, 2009 e 2010; FREIRE, 1996 e 2013; Spivak, 2010; Walsh, 2013 e 2009



Fotografia 04: Espaço inicial de sala de aula improvisada na cozinha da minha (Rosilene) casa no Acuípe de Baixo. Autoria: Desconhecida. Local: Acuípe de Baixo – TI Tupinambá (Ilhéus/BA). **Fonte:** Acervo Particular. Data: 1996.

Como se percebe na imagem e sua nota explicativa: em 1996 o primeiro espaço de sala de aula improvisada da Educação Escolar Indígena do Acuípe de Baixo foi a cozinha da minha casa. Naquele espaço foram realizados os planejamentos e formações das pessoas alfabetizadoras indígena do Território.

Ou seja, pensando retrospectivamente, em conjunto com minha comunidade sempre concretizamos *Projetos de Intervenções* sem sabermos os significados dessas palavras. Fazíamos e ainda fazemos intervenções (manejos) que são projetadas ao mesmo tempo que elas acontecem. Vale ponderar que para muitos de nós indígenas o tempo não é linear e nem necessariamente dividido por marcos temporais e/ou ações.⁶

Como mulher e Educadora Indígena Tupinambá, assinalo que muitos de nós não projetamos nossas intervenções de forma separada das atuações que fazemos. Não existe obrigatoriamente a separação entre o projeto e a ação. É

⁶ Contribuem com essa percepção: Angatu, 2021 e 2022; Kopenawa Yanomami, 2015; Krenak, 2019.

comum se dizer por aqui: “pensamos (projetamos) no que vamos fazer ... fazendo”. Na minha compreensão, essa forma de atuar é uma das qualidades dos que precisam fazer a luta coletiva de maneira cotidiana.

Volto a salientar que considero a presente dissertação como parte desse processo. Por isto que na minha concepção em sua totalidade o presente trabalho já é igualmente um *Fruto (“Produto”) Educacional* que será oferecido como material pedagógico às pessoas que formam o Colégio Indígena do Acuípe de Baixo e demais escolas Tupinambá de Olivença.

Vale ponderar que entre as razões que inspiraram a minha procura pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais da Universidade Federal do Sul da Bahia (PPGER/UFSB) foi justamente conseguir uma formação que auxiliasse no relato dessas memórias. Aproveito para novamente agradecer às pessoas docentes pela formação que tive ao cursar seus Componentes Curriculares durante meu mestrado no PPGER.

Por ordem cronológica cursei desde março/2021 até março/2022:

- Políticas Públicas e Relações Raciais: Dr. Milton Ferreira da Silva Junior;
- Fundamentos dos Processos de Ensino-Aprendizagem nas Relações Étnico-Raciais: Dr. Francisco Antonio Nunes Neto e Dr. Paulo De Tassio Borges da Silva;
- Historiografia da População Afro-Indígena No Sul da Bahia: Dr. Casé Angatu;
- Educação e Estudos Culturais: Implicações para as Práticas de Ensino: Dra. Ana Cristina Santos Peixoto;
- Métodos e Técnicas De Pesquisa-Ação: Dr. Milton Ferreira da Silva Junior;
- Ensino e Arte na Diáspora: Dr. Gesse Almeida Araújo;
- Decolonialidade Estética e Subjetividades Diaspóricas: Dra. Alessandra Mello Simoes Paiva;
- Gênero, Sexualidades, Negritudes e Pobreza - Um Debate Interseccional: Dra. Lidiane Maria Ferreira de Souza e Dr. Joceneide Cunha dos Santos;

- Ensino e Arte na Diáspora: Dra. Maria do Carmo Rebouças da Cruz Ferreira dos Santos e Dr. Tassio Ferreira Santana;
- Estágio/Residência: Dr. Milton Ferreira da Silva Junior;
- Currículo, Cultura, Diferença: Dra. Eliana Povoas Pereira Estrela Brito.

Todas essas pessoas educadoras e seus Componentes Curriculares ofereceram contribuições para a presente dissertação, entre elas: a minha procura por construir materiais pedagógicos a partir das histórias narradas por aqueles que lutam por seus direitos em meu território.

A intenção é ainda de que este trabalho inspire entre minhas/meus Parentas/Parentes novas dissertações e outras tantas produções. Da mesma forma, fortaleça a luta pela demarcação de nossas terras e por direitos.

No Acuípe de Baixo e em toda Olivença Indígena ao mesmo tempo em que lutamos por nossos direitos, também construíamos a Educação Escolar Indígena, saberes e conhecimentos. Do mesmo modo, à medida que construímos a Educação Escolar Indígena, saberes e conhecimentos, igualmente fazemos a luta por nossos direitos.

1.3 FRUTOS PEDAGÓGICOS DAS LUTAS E MEMÓRIAS TUPINAMBÁ DO ACUÍPE DE BAIXO

Entre os frutos educacionais que iremos apresentar destacamos:

I – A própria dissertação e sua futura publicação em forma de material pedagógico. Nessa publicação serão apresentadas as memórias que constam dos dois próximos capítulos, contando dimensões da luta e das origens da Educação Escolar Indígena Tupinambá no Acuípe de Baixo - Olivença (Ilhéus/BA)

II - Os vídeos que já foram publicados como domínio público no youtube (*Canal: Tupixuara Moingobé Ñerena*), contendo memórias de algumas pessoas

que narram suas histórias em relação à Educação Escolar Indígena e sobre o Colégio Estadual Indígena Tupinambá Acuípe de Baixo. Foram (à) ao todo (todos) sete vídeos produzidos:

- Aracy Tupinambá, Pedrisia Damásio Oliveira: Educadora Indígena e Liderança da Aldeia Sapucaeira. Link: <https://www.youtube.com/watch?v=qSTfwnZnyeE&t=151s>
Fontes: 21 jul. 2023 **(01 vídeo)**⁷;
- Cacique Val – Porã Tupinambá, Valdenilson Oliveira dos Santos: Cacique da Comunidade do Acuípe de Baixo. Link – I Parte: <https://www.youtube.com/watch?v=e6k7QqaKq3E> / Link – II Parte <https://www.youtube.com/watch?v=nrVSKCVudRY> Fontes: Várias datas **(02 vídeos)**;
- Lucinete Tupinambá, Lucinete Amorim dos Santos: Indígena Tupinambá – Merendeira do Colégio Estadual Indígena Tupinambá do Acuípe de Baixo. Link: <https://www.youtube.com/watch?v=gMshMZGSfEQ&t=20s>
Fontes: 30 jul. 2023 **(01 vídeos)**;
- Moema Tupinambá, Rosilene Souza de Jesus: Educadora Indígena, Liderança do Acuípe de Baixo e Autora da presente dissertação. Link – I Parte: <https://www.youtube.com/watch?v=m-1TwxCR6eY> / Link – II Parte: <https://www.youtube.com/watch?v=wlaacLXRmA> Fontes: várias datas **(02 vídeo)**;
- Ytaquatiara Guaracy Tupinambá, Hebert de Almeida Santos: Coordenação da Juventude Tupinambá de Olivença – Localidade Tetama e ex-aluno do Colégio Estadual Indígena Tupinambá do

⁷ Coloquei a palavra *Fontes* toda vez que me referir as oralidades que registramos para facilitar a localização dos links onde elas estão disponíveis como domínio público. Assim, para saber como acessar é necessário ler a parte desta dissertação intitulada como: *Fontes: Memórias/Oralidades, Documentos Oficiais e Mapa*. No terceiro capítulo deste trabalho também apresento os links destes depoimentos.

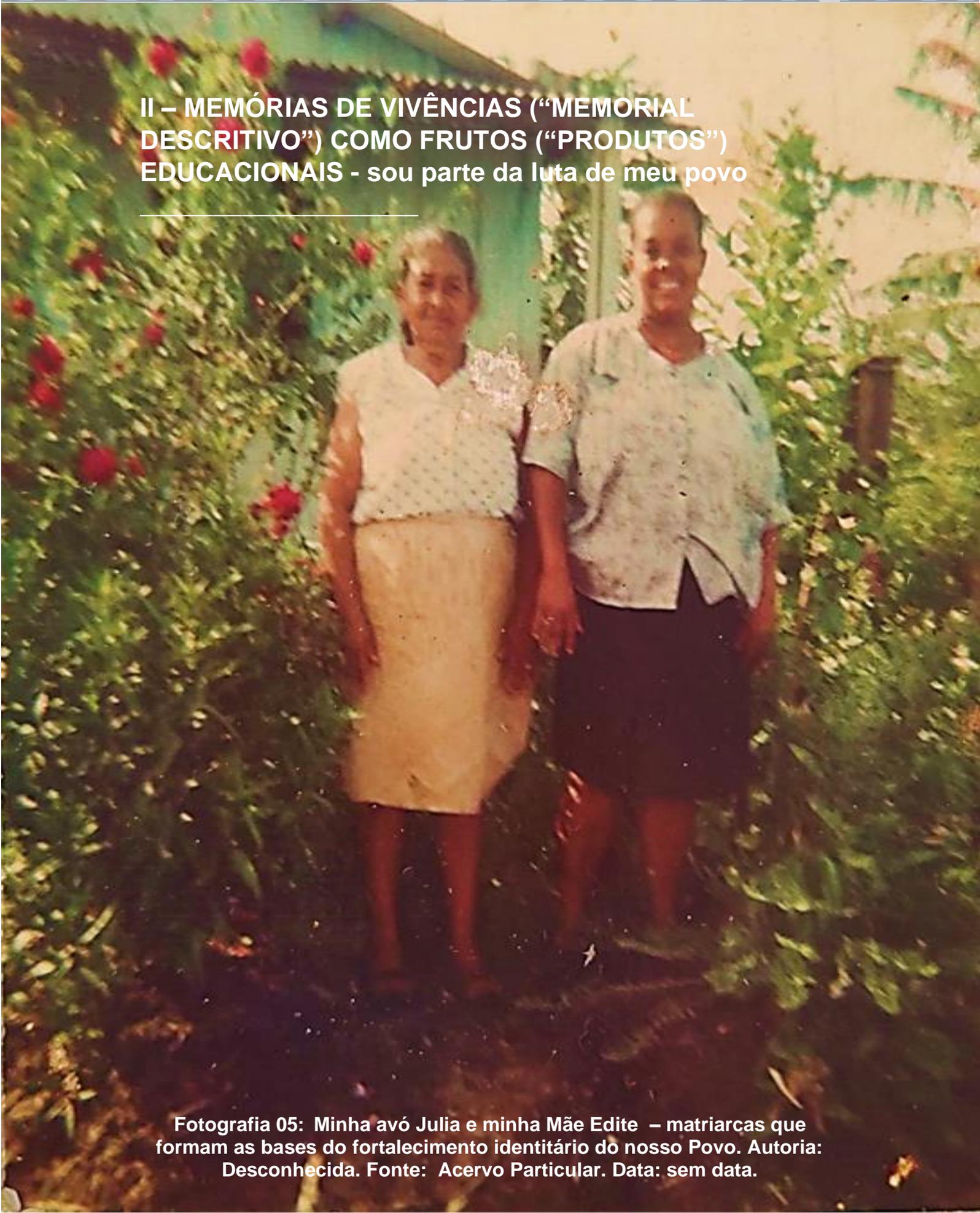
Acuípe de Baixo. Link:
<https://www.youtube.com/watch?v=vsw9xo4nCII> Fontes: 02 ago.
2023 **(01 vídeo)**;

III – Continuidade da produção e publicação de novos vídeos e materiais pedagógicos com outras memórias indígenas sobre a educação escolar originária no Acuípe de Baixo e em Olivença.

Esses *Frutos* só foram possíveis porque por vários anos cultivamos coletiva e cotidianamente a terra fértil das nossas ancestralidades no Acuípe de Baixo - Olivença. Entre as árvores mais frutíferas que brotaram deste manejar está a Educação Escolar Indígena.

Nós (Tupinambá) formamos o tronco desta árvore e de outras tantas de onde saem vários galhos, folhas e frutos como o atual Colégio Estadual Indígena Tupinambá Acuípe de Baixo (CEITAB). Sinceramente acredito que esta dissertação em sua totalidade também é um desses *Frutos* que mesmo sendo modesto ao cair na terra se tornará *Semente*.

II – MEMÓRIAS DE VIVÊNCIAS (“MEMORIAL DESCRITIVO”) COMO FRUTOS (“PRODUTOS”) EDUCACIONAIS - sou parte da luta de meu povo



Fotografia 05: Minha avó Julia e minha Mãe Edite – matriarcas que formam as bases do fortalecimento identitário do nosso Povo. Autoria: Desconhecida. Fonte: Acervo Particular. Data: sem data.

*Vamos todos
nesta marcha
pra lembrar
o que passou*

*Nossos antepassados
que seu sangue
derramou*

*Devolvam nossas terras
essas terras nos pertencem
pois mataram e ensanguentaram
nossos parentes
(Canção Ritual Tupinambá)*

2.1 AUTORIA INDÍGENA COMO UMA HISTÓRIA NATURALMENTE

CONTRACOLONIAL

Sempre sonhei em escrever algo sobre minha trajetória e as vivências com as pessoas que comigo compartilharam/compartilham a vida. No entanto, ao iniciar esta redação uma indagação apareceu: será que daria contra de escrever sobre minha própria vida e de pessoas próximas?

Ponderando comigo mesma pensei como meus ancestrais agiriam e refleti que provavelmente diriam: “difícil não significa impossível”. Falariam isto até porque faço parte de um Povo apresentado como extinto entre os séculos XVI – XVII. No entanto, assim como outros Povos, os Tupinambá (re)existiram e resistiram e enfrentaram as perseguições, espoliações de suas terras, genocídios e etnocídios.

Mesmo na atualidade existem ainda alguns que negam nossa existência por causa da brutalidade dos massacres, escravidão, estupros e outras tantas violências. Lembrei então do título de um dos livros de Silvia Rivera Cusicanqui: *Oprimidos pero no vencidos* (Cusicanqui, 1984). Segui então incorporada pela coragem ancestral o caminho da presente escrita.

A redação deste capítulo ganhou então um formato que eu e meu orientador denominamos como *Memórias de Vivências* cujo nome no modelo

acadêmico proposto pelo PPGER/UFSB seria: Memorial Descritivo. Memórias que também acreditamos ser parte dos *Frutos (“Producto”) Educativos* de nossa dissertação na composição de materiais pedagógicos.

Assinalo isto porque a narrativa da minha história e de meus familiares modestamente envolve aspectos: da história de meu Povo, da nossa luta pelo reconhecimento étnico, demarcação territorial, das batalhas por uma Educação Escolar Indígena Tupinambá contracolonial e dos enfrentamentos na formação do Colégio Estadual Indígena Tupinambá do Acuípe de Baixo.

A título de exemplo, como veremos na sequência, a história da minha família assinala que existiam/existem indígenas em outras regiões de Ilhéus além do Território Originário de Olivença.

Assim, quando escrevo sobre minhas vivências, espontaneamente também narro dimensões das memórias e histórias do Povo do qual sou parte. Da mesma forma, como expressei na *Apresentação*, espero que o presente texto colabore para que pessoas indígenas gerem suas próprias compreensões e escritas (Cusicanqui, 2008, p. 160), sempre considerando a sabedoria e a luta de suas comunidades – algo que já acontece com muitos dos que estudaram/estudam no PPGER/UFSB.

Novamente como assinala Cusicanqui ao tratar da história oral uma das bases dessa dissertação:

La historia oral en este contexto es por eso mucho más que una metodología “participativa” o de “acción” (donde el investigador es quién decide la orientación de la acción y las modalidades de la participación): es un ejercicio colectivo de desalienación, tanto para el investigador como para su interlocutor. Si en este proceso se conjugan esfuerzos de interacción consciente entre distintos sectores: y si la base del ejercicio es el mutuo reconocimiento y la honestidad en cuanto al lugar que se ocupa en la “cadena colonial”, los resultados serán tanto más ricos en este sentido (Cusicanqui, 2008, p. 61).

Deste modo, trata-se aqui de fortalecer a autoria indígena que em si é contracolonial porque apresenta memórias e identidades silenciadas e invisibilizadas pela história oficial e ainda colonial. Sou autora desta pesquisa,

assim como as pessoas Parentes que, direta ou indiretamente, estão presentes nela.

2.2 KUÑATĀ – INFÂNCIA: “ÍNDIO TINHA QUE VIVER CORRIDO PARA NÃO MORRER”

Lembro da minha infância e do contato que tinha com a natureza. A vontade era de ficar o dia todo tomando banho de rio, pescar e me divertir com meus irmãos, primos e amigos do bairro onde morávamos: São Miguel - litoral norte de Ilhéus. Lugar onde nasci em 07 de outubro de 1972 e cresci até 08 anos de idade - 1980.



Fotografia 06: Foto da minha infância com meus irmãos quando era uma kuñatã. O primeiro da esquerda para direita é José Carlos Souza de Jesus com 07 anos, no meio Juscelino Souza de Jesus com 03 anos e ao lado eu - Rosilene Souza de Jesus com 05 anos. Autoria: Desconhecida. **Fonte:** Acervo Particular. Data: 1977

Minha mãe Edite Moreira de Souza nasceu no dia 11 de março de 1946 na Ponta do Ramo que é um distrito de Ilhéus, localizado em sua área norte entre a Mata Atlântica e o mar. Mãe Edite contava que desde cedo se acostumou a ouvir nas rodas de conversa as histórias narradas por sua mãe - Julia Rosa Conceição (minha avó), pai - Alexandre Moreira de Souza (meu avô) e pelo tio Justino.

Narrativas que formam minhas memórias ainda hoje e que contavam como viviam naquele lugar. Falavam que: “em toda quadra da lua nova eles desciam de onde moravam para as praias e pescavam”. Segundo essas histórias, na volta eles viajavam a pé ou no lombo de burro levando o pescado para Aldeia onde moravam.

Cresci ouvindo essas memórias e gostaria muito de ter conhecido o meu tio Justino para conhecer mais a história da família e do nosso Povo. Digo isto porque nós indígenas quando somos considerados nas narrativas históricas de Ilhéus (algo raro) nos localizam como somente morando historicamente em Olivença – Território Tradicional do Povo Tupinambá.

Através dos relatos de meus familiares percebe-se que nós indígenas também habitávamos outras regiões desse município. Da mesma forma que em Olivença, as histórias narradas pela minha família assinalam que também fomos perseguidos e tivemos nossas terras espoliadas.

Minha avó Julia contava que o único que continuou vivendo na Aldeia lá na Ponta do Ramo foi meu tio Justino porque muitas famílias fugiram para não morrerem.

Conforme as narrativas de Dona Julia (minha avó), esse meu tio não tinha lugar certo para morar e por isso percorria todo o território para sobreviver. De acordo com ela, tio Justino dizia: “índio só tinha que viver corrido para não morrer”.

Assim, meus avós maternos saíram da Ponta do Ramo e foram morar no atual bairro de São Miguel (litoral norte de Ilhéus) levando minha mãe Edite, que logo aos doze anos de idade minha mãe começou a trabalhar em vários

afazeres, entres eles: em casas de família para poder se manter e ajudar a família.

Tempos depois os familiares de meu pai Sinezio de Jesus (14/01/1932), junto com meus tios paternos e também foram morar naquela mesma região do atual bairro de São Miguel no litoral ilheense. De certa forma aquela localidade tornou-se um lugar de refúgio e encontro de meus familiares maternos e paternos.

Meu pai Sinezio era pescador, canoeiro e fazia a travessia de pessoas do Bairro de São Miguel para Barra de Itaipe que também fica em Ilhéus. Edite (minha mãe), Sinezio (meu pai) se conheceram e tiveram nove filhos. Porém, como se diz por aqui: desses filhos “só vigaram três”, eu e meus dois irmãos.

Minha mãe era batalhadora e sempre foi uma mulher independente mesmo quando casada. Passamos por muitas dificuldades materiais e para mãe Edite trabalhar me tornei “corresponsável da casa”. Desde cedo tomava conta dos meus dois irmãos e enquanto isso Edite (mãe) vendia doces e salgados na feira. Todos os dias nos levantávamos às três horas da manhã para ajudarmos

nos fazeres do que seria vendido - nessa época (final da década de 1970) eu tinha sete anos de idade. Minha mãe não sabia ler e nem escrever, mas antes de sair para suas vendas cuidava com muita atenção da nossa educação e determinava que fôssemos para o colégio. Todos os dias Mãe Edite quando chegava da feira, mesmo cansada perguntava se tínhamos “atividades de casa” para serem feitas nos “colocando para estudar”. Essa dedicação materna só fez aumentar ainda mais nosso afeto por nossa mãe Edite.

Estudei o Fundamental I na Escola do bairro de São Miguel. Não estudei antes - porque naquela época não tinha Educação Infantil. Em 1983 comecei a estudar no Colégio Militar Batalhão onde fiz a 3ª e 4ª séries.

Durante as férias escolares era época de fortalecer ainda mais minhas memórias ancestrais porque passava esse período com meus avós. Amava andar na praia todos os dias pela manhã para recolher xandó, garú e fruta do pé de tapirá.

Essas eram as nossas frutas preferidas de beira de praia e todas nativas, possuindo seus nomes e manuseios de origens indígena, assim como várias outras. Como dizem nossas/nossos Anciãs/Anciões: “a natureza nos oferece tudo que precisamos”.



Fotografia 07: Minha Avó Julia Rosa Conceição (esquerda) e minha Mãe Edite Moreira Souza (direita) – matriarcas originárias e ancestralidades que formam as bases do fortalecimento da identidade e memória do nosso Povo. Muito do que escrevo neste capítulo se deve à memórias de lutas e sonhos dessas e de outras mulheres. As duas eram marisqueiras e viviam da pesca. Autoria: Desconhecida. **Fonte:** Acervo Particular. Data: 2022.

Gostava de pescar no rio “de linha e siripoia” para pegar siri. Meus tios saiam para o mar e “olhavam a rede” que tinha sido colocada antes. Costumeiramente pegavam muito peixes e enquanto isso, ficávamos catando as frutas na beira da praia.

Lembro como se fosse hoje porque essas atividades eram rotineiras. Quando os pescadores chegavam do alto mar separavam os peixes para fazer o escaldado - cozido de peixe com pirão de farinha. Assim era nosso café e a parte do peixe ficava para o almoço.

Como assinalamos na legenda de uma das fotos deste capítulo: minha mãe Edite e minha avó Julia como matriarcas originárias também foram marisqueiras e viviam da pesca. Essas vivências das duas com certeza formaram minha identidade e memória de Mulher Indígena.

Como se diz por aqui: “minha avó era uma pessoa muito boa, mas não passava a mão em nossas cabeças”. Como crianças brincávamos, mas também realizávamos as obrigações caseiras: lavar prato, pegar água e limpar a casa. Por vezes íamos ainda para roça ajudar a plantar as sementes e raízes. Depois colhíamos e manejávamos seus frutos.

Era uma forma de viver “passada” pelos mais velhos e que nos remetia às nossas origens indígenas. Na época não tínhamos clareza disto até porque não precisávamos desta autoafirmação.

Volto a salientar que isto tudo ocorria fora do Território Indígena de Olivença localizado no litoral e a área sul de Ilhéus. Isto é, no litoral e área norte ilheense também a presença de identidades indígenas era forte e formou toda essa região, apesar do silenciamento e invisibilização.

2.3 CHEGADA NO ACUÍPE DE BAIXO E O ENFRENTAMENTO COM OS QUE SE DIZEM DONOS DA TERRA

Depois de trinta anos de casada minha mãe Edite se separou do meu pai em 1980 e foi seguir a vida sozinha com os filhos. Desta data em diante muita coisa mudou na minha vida porque: fomos morar no Acuípe de Baixo parte da Terra Indígena Tupinambá de Olivença.

Minha mãe -continuou trabalhando em Ilhéus. Eu junto com meus irmãos ficava com nossa avó no Acuípe. Foram três anos trabalhando duro em casas de família ilheense até construirmos a nossa casa no Acuípe.

Voltei a estudar no Colégio Estadual Jorge Calmon, localizado no centro de Olivença a partir da 6ª série. Na ocasião (1987) tinha 15 anos. Porém, fiquei

cerca de um mês sem ir ao colégio porque não ter dinheiro para pagar passagem. Vale lembrar que Acuípe é um dos lugares que formam Olivença e sua localização é distante de onde ficava o Colégio e por isto precisava de transporte.

A minha volta aos estudos, bem como de meu irmão e mais três colegas do Acuípe, ocorreu porque a professora Iracema (uma Mulher Indígena) ajudava a pagar nossas passagens. Quando passei para o 7º ano estudei até meados do ano e depois parei em definitivo. Casei-me, engravidei e desisti dos estudos por não ter como ir para o colégio - novamente o valor das passagens foi um fator decisivo.

Minha mãe conseguiu um ponto (barraca) de venda à beira da pista que corta o Acuípe - Estrada BA 001. Acordávamos todos os dias três da manhã para fazermos doces e salgados para vendermos em nossa barraca.

Transportávamos os manejos de jangada todos os dias porque morávamos na ilha que fica no Acuípe. Quando ventava forte por vezes a jangada virava e perdíamos tudo que fazíamos.

Passamos mais de 10 anos nessa lida e com o passar do tempo minha mãe resolveu vender a nossa modesta casa da ilha no Acuípe. Fizemos então uma outra moradia do outro lado do rio onde já tínhamos nossa barraca de comércio. Era um barraco pequeno formado pelo espaço do comércio e por um quarto.

Eu dormia com minha mãe no colchão sobre o chão e meus irmãos no balcão. Porém, certas noites não dormíamos porque éramos perseguidos pelo que se dizia proprietário de uma fazenda que ficava no fundo da nossa morada.

Foram várias ameaças porque aquele fazendeiro não queria que morássemos num lugar em frente à fazenda que dizia ser dele. Porém, o lugar onde tínhamos nossa morada/comércio era uma área considerada do Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia - DERBA.

Um certo dia (da tarde para a noite) esse que se dizia proprietário mandou um dos seus funcionários passar o trator sobre nosso barraco. Foi um

susto com aquele barulho da madeira rangendo e as telhas caindo em nossas cabeças.

Fui assim crescendo sob pressão desse fazendeiro e mesmo do próprio DERBA que também passou a nos pressionar. Minha mãe como sempre foi uma guerreira e segurou conosco o espaço onde morávamos.

Vale lembrar que esse período ainda não tinha ocorrido o Reconhecimento Étnico Oficial do Povo Tupinambá feito pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) em 13 de maio de 2002. Do mesmo modo, o Relatório Circunstanciado de Delimitação da Terra Indígena Tupinambá de Olivença também realizado pela FUNAI só ocorreria em 20 de abril de 2009.

Ou seja, esta história aqui narrada é anterior à todo esse processo de reconhecimento de nossos direitos pelo estado. Depois foram chegando outros moradores nos arredores da nossa morada. No entanto, a pressão continuou especialmente contra nós por sermos pioneiras nesta luta por aquela terra.

A pressão foi tanta que resolvemos criar uma Associação de Moradores. Inicialmente atuei na secretaria da Associação e fizemos várias denúncias contra o fazendeiro que nos pressionava. Graças a isto o que se dizia dono daquelas terras foi intimidado pela justiça.

No entanto, o suposto proprietário de terras que nos pressionava era também juiz da comarca de Ilhéus. Por isto também muitas vezes nos intimidava por ter essa patente. Mesmo assim continuamos nossa luta recorrendo às instâncias legais federais para impedir as ameaças e agressões que sofríamos.

Porém, o dito proprietário das terras indiretamente continuou pressionando. Para isto utilizou das influências que possuía junto ao DERBA. Esse órgão atuou então no sentido derrubar todas as casas às margens da Estrada BA 001, incluindo nossa moradia.

Com medo de que derrubassem nossa casa/comércio, fizemos a uma outra moradia separada da primeira na beira do Rio Acuípe. Assim, durante o

dia trabalhávamos na barraca onde ficava nosso comércio e à noite dormíamos nessa outra casa.

Vale lembrar que os conflitos com o senhor Ariston Cardoso (esse é o nome do que se dizia proprietário) voltaram a ocorrer. Quase todos os dias éramos pressionados para abandonarmos nossas terras e moradas.

Uma das maiores agressões ocorreu quando esse que se dizia proprietário cercou os fundos de nossas casas que fazia divisa com a suposta propriedade dele. Digo isto porque a hipotética terra do Sr^o Ariston Cardoso ficava entre nossas casas e a beira da praia.

Ao cerca sua suposta propriedade e “proprietário” impedia nosso acesso ao mar, praia e manguezais. Realço que nossa comunidade no Acuípe de Baixa também tem como forma de vida a pesca e a mariscagem. Além disso, a beira de praia é também um lugar de convívio com a natureza. Por isto era só o suposto proprietário cerca que nós abríamos. Claro que isto gerar tensões e atritos constantes.

No entanto, esse que se dizia proprietário de tudo, teve problemas de saúde. Ficou em estado grave e como consequência, sem condição de dirigir seus negócios, sustentados por ações violentas contra nós do Acuípe. Durante sua doença não fomos mais incomodados e seu filho passou a “administrar” suas ditas terras de forma “mais negociável”.

Ao se recuperar Ariston Cardoso nos fez “uma visita”. Pensávamos que começaria tudo de novo. No entanto, não foi o que ocorreu e o dito proprietário das terras chamou a minha mãe para conversar. Lembro que mãe Edite neste dia ficou tremula, mas teve coragem de conversar com aquele que havia praticado tanta perseguição.

Para surpresa de todos Ariston Cardoso bateu nos ombros da minha mãe e disse:

Dona Edite, pode ficar tranquila ... sei que não vou ganhar mais essa área. Vá até a união e registre essa parte no

seu nome. Vocês têm direito a usucapião (Memórias de Mãe Judite).

Claro que minha mãe ficou alegre com a notícia, apesar de desconfiada. Aliás, o receio de minha mãe Edite tinha razão e não demorou muito para surgir novas agressões ao nosso direito à terra e moradia. Assinalo isto porque os representantes (fiscais) do DERBA passaram a dizer com mais frequência que: “mais cedo ou mais tarde aquele órgão duplicaria a pista (Estrada BA 001) e com isso seríamos removidos”.

Depois de um certo tempo o suposto dono de terra no Acuípe (Ariston Cardoso) novamente adoeceu e morreu. A situação então voltou a se radicalizar porque a viúva vendeu a suposta fazenda de seu marido para um grupo de estrangeiro.

Nesse contexto de enfretamentos por direitos e quando tinha 28 anos de idade (2000), fui escolhida para Presidir a Associação de Moradores do Acuípe de Baixo que já tinha sido criada, conforme escrevemos anteriormente. Em conjunto com as pessoas associadas continuamos a nossa luta por melhorias na comunidade e acima de tudo por direitos.

Penso que mesmo inconscientemente eu e minha mãe Judite, não queríamos repetir a história vivenciada por nossos familiares ancestrais ao precisarem “fugir para não morrerem” lá da Ponta do Ramo – litoral norte de Ilhéus. Como escrevemos no início deste capítulo e conforme as narrativas de minha avó, seguiríamos o exemplo de resistência de nosso tio Justino, mesmo que precisássemos “viver corridas para não morrer”.

2.4 “QUEBRA DE BRAÇO”: COMUNIDADE, CACIQUE E LIDERANÇAS VERSUS GRUPO DE ESTRANGEIROS EM NOSSAS TERRAS

Um certo dia demos de cara com um sujeito que era o novo caseiro da dita propriedade do falecido Ariston Cardoso. Era um sujeito muito estranho e de poucos amigos. Ele ficava na suposta fazenda de forma ameaçadora e num

primeiro momento colocou vários cachorros ferozes para impedir nosso acesso à praia. Muitos pescadores ficaram impedidos de realizarem a pesca.

Em um dado momento esse caseiro fechou todo acesso à praia, rio e manguezais. Para isso derrubou as passarelas de madeiras que dava passagem para esses lugares.

Na nossa opinião esse suposto caseiro era mesmo um pistoleiro, isso porque fazia armado as suas rondas. Todas as pessoas (criança, idoso, mulheres e/ou visitantes) que passassem por ele eram abordadas com armas apontadas para suas cabeças e forçadas a ficarem de joelhos. Por último o caseiro/pistoleiro colocou placas impedindo totalmente o acesso para as praias, rios, mangues etc.

Para reforçar sua agressiva guarda, o “caseiro” levou vários outros pistoleiros, reforçando a pistolagem na região. O Acuípe de Baixo ficou um verdadeiro “barril de pólvora” com pessoas revoltadas com a situação, ao mesmo tempo que outras tinham medo.

Como pode se acompanhar nos relatos que fazem parte desta dissertação como materiais pedagógicos, disponível como domínio público em vídeos no youtube, em 2005 já tinha ocorrido o nosso Reconhecimento Étnico Oficial da FUNAI (FUNAI, 2002) e encaminhávamos para o Reconhecimento Territorial que ocorreu em 2009 (FUNAI, 2009).⁸

Naquela ocasião (2005) o empresário que se dizia representante dos donos das terras foi em nossa comunidade cercado por policiais armados. Os ditos donos da terra alegavam que tínhamos feito calúnias contra eles. Na verdade, o que queríamos mesmo era intimidar a comunidade.

O representante dos donos, “ordenou” que nos retirássemos da área e que a deixássemos sem as casas, porque “tiravam a visibilidade do seu

⁸ Sobre esse assunto esse processo de reconhecimento étnico e demarcação territorial destaco as Memórias de: Aracy Tupinambá, Pedrisia Damásio Oliveira, 21 jul. 2023; e Cacique Val – Porã Tupinambá, Valdenilson Oliveira dos Santos, 26 ago. 2023. Mais adiante iremos apresentar em quais links estas oralidades se encontram disponíveis. Mas também podem ser encontradas na parte final da dissertação no tópico intitulado como *Fontes: Memórias/Oralidades, Documentos Oficiais e Mapas*

empreendimento”. Na ocasião, me apresentei como representante da Associação de Moradores do Acuípe de Baixo. A advogada dos proprietários também presente ficou surpresa porque não sabia que tínhamos uma Associação.

Na discussão que tivemos salientei que a conversar seria através da justiça porque sabíamos de nossos direitos como indígenas. Confesso que fiquei com muito medo naquele momento porque não sabia se estava fazendo a coisa certa, mas o impulso me ajudou a nos livrar deles.

Fui então até a FUNAI e também busquei ajuda das entidades apoiadoras da causa indígena na defesa de nosso território, tais como: o Conselho Indigenista Missionário (CIMI); Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME); Associação Nacional de Ação Indigenista (ANAÍ), entre outras entidades.

Era um dos inícios do Movimento Organizado Tupinambá que resultou no Reconhecimento Étnico Oficial da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) em 13 de maio de 2002. Posteriormente, em 20 de abril de 2009 na publicação do Relatório Circunstanciado de Delimitação de nossas terras. Assim, nos contam as falas de Aracy Tupinambá, Pedrisia Damásio Oliveira (Fontes: 21 jul. 2023) e Cacique Val – Porã Tupinambá (Fontes: 28 ago. 2023).⁹

Dessa luta e organização feita por mulheres, homens e anciãs/anciões Tupinambá, também surgiu a nossa Educação Escolar Indígena e o atual Colégio Estadual Indígena Tupinambá Acuípe de Baixo.

As imagens que seguem mostram um pouco dos protagonistas deste contexto de nossa organização inicial. Vivências de luta, que nos levou a compartilhar com outras pessoas indígenas Tupinambá como nós e que muito nos ensinaram.

⁹ Vide a nota anterior.



Fotografia 08: Nesta imagem e na outra: Encontro de Anciãs/Anciões Tupinambá. Aparecem: Seu Piroca, Seu Alicio e Dona Nivalda (Amotara). A ANAI recolhia depoimentos que contribuíram com nosso levantamento histórico. Autoria: Desconhecida. **Fonte:** Acervo Particular. Data: 2002.



Fotografia 09: Mesmo Encontro de Anciãs/Anciões Tupinambá. Aparecem: Dona Nivalda (Amotara) e minha Mãe Edite. A ANAI recolhia depoimentos que contribuíram com nosso levantamento histórico. Autoria: Desconhecida. **Fonte:** Acervo Particular. Data: 2002.

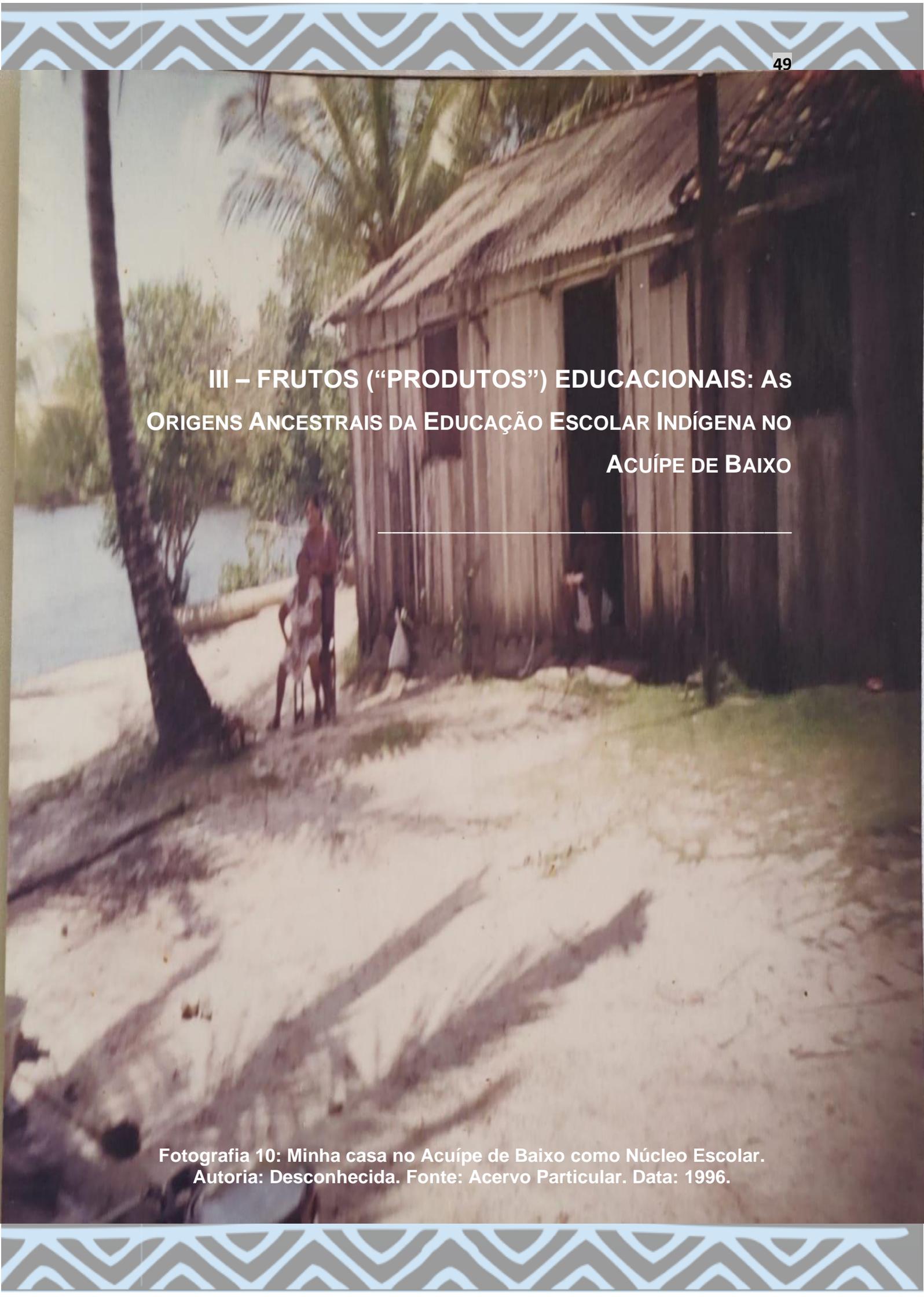
Revendo essas imagens, são fortes as emoções que surgem. Sabemos que nossa luta por direitos vem desde o século XVI, quando começaram as invasões europeias. Porém, nos emociona sentirmos que seguimos dando continuidade à essa resistência e (re)existência secular.

Por isto que iniciamos esse capítulo com uma das canções que cantamos em nossos rituais e com ela também finalizamos esta parte de nossa dissertação.

*Vamos todos
nesta marcha
pra lembrar
o que passou*

*Nossos antepassados
que seu sangue
derramou*

*Devolvam nossas terras
essas terras nos pertencem
pois mataram e ensanguentaram
nossos parentes
(Canção Ritual Tupinambá)*



**III – FRUTOS (“PRODUTOS”) EDUCACIONAIS: AS
ORIGENS ANCESTRAIS DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NO
ACUÍPE DE BAIXO**

Fotografia 10: Minha casa no Acuípe de Baixo como Núcleo Escolar.
Autoria: Desconhecida. Fonte: Acervo Particular. Data: 1996.

Todo Índio tem ciência

Todo Índio tem ciência

Oh Tupã porque será?

Oh Tupã porque será?

Tem a ciência divina

Tem a ciência divina

No tronco da Jurema

No tronco da Jurema

(Canção Ritual Tupinambá)

3.1. CONSTRUÍMOS MATERIAIS PEDAGÓGICOS AO MESMO TEMPO QUE LUTAMOS E REGISTRAMOS NOSSAS MEMÓRIAS

Assim, seguindo a sequência do capítulo anterior à medida que no Acuípe enfrentávamos os que se diziam donos do lugar, fortalecíamos nossa luta por direitos, produzíamos registros e memórias que fazem parte desta dissertação como material pedagógico.

O final do século XX e início deste século XXI foi marcante para todo o movimento indígena brasileiro, incluindo o do Povo Tupinambá como se observa nos relatos apresentados nos vídeos disponíveis no youtube como material pedagógico (Aracy Tupinambá - Pedrisia Damásio Oliveira, Fontes: 21 jul. 2023 e Cacique Val – Porã Tupinambá, Fontes: 28 ago. 2023).

Por exemplo, no ano 2000 enquanto o governo brasileiro festejava os 500 anos do chamado “descobrimento do Brasil”, nós Indígenas organizávamos o movimento *Brasil: Outros 500*. Contracolonialmente discordávamos das versões tradicionais e acentuávamos que em 1500 ocorreu foi o início das invasões europeias dos territórios originários de nossos ancestrais.

No nosso *Outros 500*, reivindicávamos a imediata demarcação de todas as Terras Indígenas e garantias às que já estavam demarcadas. A única

comemoração possível de ser feita seria em relação à nossa resistência e (re)existência de 500 anos.

Como explica a Parente Aracy Tupinambá - Pedrisia Damásio Oliveira (Fontes: 21 jul. 2023) em seu depoimento que faz parte do material pedagógico desta dissertação, alguns Tupinambás participaram das ações questionando as festividades oficiais programadas para ocorrerem em Porto Seguro/BA em 22 de abril do ano 2000. Naquele dia, a repressão foi grande contra nós indígenas e outras pessoas de diferentes movimentos sociais como relata o trecho jornalístico que segue:

Programada para ser uma celebração apoteótica da nacionalidade e uma confraternização com os “descobridores”, a festa dos 500 anos do Descobrimento do Brasil, em Porto Seguro (BA), terminou em confronto entre a polícia, Indígenas e outros manifestantes (Democracia, 22 abr. 2000).

As imagens que seguem reforçam a ideia de que para o estado brasileiro e elite nacional, aquela data era de comemoração. Porém, para nós Povos Originários era mais um dia de luta, onde a repressão sobre nossas manifestações só fazia fortalecer e nos unirmos mais ainda, como também explicita a fala da a Parente Aracy Tupinambá - Pedrisia Damásio Oliveira (Fontes: 21 jul. 2023)



Fotografia 11: Na Imagem comemorando o início das invasões aparecem os então presidentes Jorge Sampaio, de Portugal, e FHC, do Brasil, e o governador da Bahia ACM (ou Toninho Malvadeza). Autoria: Desconhecida.
Fonte: Acervo Memorial da Democracia. Data: 22 abr. 2000



Fotografia 12: Para nós o 22 de abril de 2000 foi mais um dia de Luta. OBS: estou evitando colocar os nomes das pessoas Parentes que aparecem nas fotos de ação direta para evitar perseguições como já ocorreu. Autoria: Desconhecida. **Fonte:** Acervo Memorial da Democracia. Data: 22 abr. 2000



Fotografia 13: Apesar da forte repressão não deixamos de nos manifestar em 22 de abril de 2000. Autoria: Desconhecida. **Fonte:** Acervo Memorial da Democracia. Data: 22 abr. 20

Foi neste contexto que nós de Olivença apresentamos uma Carta à População Brasileira falando de nossa existência por sermos considerados como extintos no século XVII:

[...] queremos falar, cantar, dançar, celebrar a vida em memória dos nossos antepassados. Estamos vivendo graças à sabedoria e à coragem de nossos pais, que, para garantir a sobrevivência, foram entrando mata adentro e negaram-se a si mesmos. Exigimos o direito de resgate da nossa cultura e o reconhecimento étnico e geográfico (Tupinambá, Carta à Sociedade Brasileira. In: Angatu, 2020, p. 64).

Nesta mesma ocasião iniciamos aqui em Olivença nossa *Caminhada em Memória aos Mártires do Massacre do Rio Cururupe e Caboclo Marcelino*. Um ritual de (re)existência e resistência que fazemos até a atualidade sempre no último domingo do mês de setembro.

Vale salientar que é objetivo futuro da autora desta dissertação é construir materiais pedagógicos coletivos com a comunidade em relação à estes dois episódios da nossa história e que motivam nossa Caminhada, além de outros.

Em rápidas palavras, o Massacre do Cururupe foi uma ação genocida feita em Olivença em 1559 sob comando do governador geral do Brasil - Mem de Sá. O próprio genocida relatou seu “feito” num documento intitulado: “Notícia a el-rei de Portugal, em 31 de março de 1560”. (Angatu, 2020, p. 64)

Já “Revolta de Marcelino” aconteceu por causa das tentativas dos coronéis do cacau em tomar nossas terras na década de 1930-1940. O Indígena Marcelino foi um dos que lideraram nossa resistência pagando muito caro por isto. Nosso Parente Marcelino foi preso, torturado e morto.¹⁰

Voltando à Caminhada que realizamos as imagens na epígrafe deste trabalho mostram a atualidade desse nosso ritual. Enquanto escrevo esta dissertação já começamos os preparativos para mais uma Caminhada que ocorrerá neste ano (2023) no dia 24 de setembro.

¹⁰ Sobre estes dois episódios e outros da nossa história em Olivença recomendo a leitura dos seguintes textos: Angatu e Katu Tupinambá, 2014 e 2012; Ayra Tupinambá e Angatu, 2018



Fotografia 14: Caminhada Tupinambá de Olivença ao Cururupe. Autoria: Maurício Pinheiro. Data: 2017

As imagens que seguem revelam o início deste, que é um dos momentos mais sagrados do meu Povo.



Fotografia 15: Segunda Caminhada Tupinambá em *Memória aos Mártires do Massacre do Rio Cururupe e Caboclo Marcelino* no ano de 2000. Na imagem a Anciã Amotara - Dona Nivalda coloca uma placa para lembrar de nossas/nossos Guerreiras/Guerreiros. Autoria: Desconhecida. **Fonte:** Acervo Particular. Data: 2000.



Fotografia 16: Durante a segunda (2000) Caminhada Tupinambá, caminhamos com uma réplica do Manto Sagrado Tupinambá do século XVII. Na ocasião, o Manto integrava o acervo do Nationalmuseet, em Copenhague – Dinamarca (Angatu, 2020, p. 50). Atualmente este nosso símbolo sagrado se encontra em processo de devolução para o Brasil. Autoria: Desconhecida.

Fonte: Acervo Particular. Data: 2000.

3.2. DECIDIMOS ENTÃO AUTODEMARCAR TODO NOSSO TERRITÓRIO NO ACUÍPE E A PRIMEIRA RETOMADA OCORREU EM 2005

Enquanto isso, no Acuípe continuávamos nossa luta contra os que se diziam proprietários da terra. Mesmo com toda a luta narrada no *II Capítulo* e as mobilizações narradas no tópico anterior, permanecíamos enfrentando processos de reintegração de posse e ameaças. Por isto fechamos por várias vezes a pista (BA 001) que corta nosso território, fazendo barricadas e protestos.

Foi o que ocorreu em outubro de 2005, quando outra vez enfrentamos novas ameaças de reintegração. Percebemos então que a única ação possível era retomar todo nosso território de uma vez e realizar nossa autodemarcação. Pensávamos assim porque não adiantava mais fechar a pista, relatar as violações que sofríamos à justiça e/ou esperar as ações do Estado.

Aliás, quando a justiça e o Estado atuavam no geral era contra nós, por isto também fazemos retomadas e autodemarcações como pondera a Parenta Ayra Tupinambá:

As retomadas (autodemarcação) das terras que fazemos, colocando nossas vidas em risco, decorrem da demora na homologação oficial do Território Originário, que demonstra a morosidade e o descaso com que o Estado e a justiça brasileira ainda tratam os Povos Indígenas. Do mesmo modo, a autodemarcação demonstra o protagonismo Tupinambá, na medida em que autonomamente construímos nossas aldeias, moradias e escolas. Fortificamos as formas tradicionais de nos relacionarmos com a natureza sagrada, consolidando a retomada do Território Ancestral (Ayra Tupinambá, 2020, p. 107 - 108).

Desta maneira, entramos em toda a área da Fazenda Ouro Verde – a mesma que alguns gringos diziam ser deles, por terem comprado de Ariston Cardoso de quem falamos no capítulo anterior. Assim, iniciamos a retomada e autodemarcação por inteiro do nosso território no Acuípe de Baixo.

Para fazermos a retomada da fazenda às vésperas organizamos a alimentação, como seria a cozinha e tudo que precisávamos para se fazer uma

retomada. Escolhemos quais seriam os quem seriam os guardiões da noite para evitar ataques contra nós. Como disse no primeiro capítulo (*Manejos: “Projeto de Intervenção”*) nossas intervenções são projetadas quando elas ocorrem.

Aquela ação de autodemarcação territorial foi fundamental para nós indígenas da Comunidade do Acuípe de Baixo, porque era um grande passo para fortalecer nossa luta e resistência. Nosso Cacique Val naquele momento não podia estar presente, apesar de oferecer todo seu apoio e orientação. Porém, mesmo com sua ausência decidimos pela retomada e neste momento tomei a frente das ações junto com a Parentada.

Claro que tivemos receio de não conseguirmos realizar a entrada e depois a manutenção na fazenda. Porém, uma/um. Parente fortalecia o outro e seguimos em frente como bem diz uma canção do Povo Xukuru: “que Tupã nos dê força e a coragem ... minhas irmãs e irmãos para lutar”.

Seguindo as indicações de outras lideranças do movimento, para tentar nos proteger legalmente (como se isto fosse possível), informei as instâncias legais os motivos da nossa decisão. Porém, como já esperávamos de nada adiantou porque após seis meses sofremos a primeira “reintegração de posse”.

Uso aspas em “reintegração de posse” porque se alguém tem direito à posse daquelas terras somos nós. Para tentar nos tirar da área participaram da ação: oficial de justiça e a polícia local. Naquele momento saímos porque as condições eram desiguais e precisávamos de mais Parentas/Parentes para resistirmos. Até porque eles possuíam armas e a possibilidade de nos prender por desacato a autoridade, resistência à prisão, formação de quadrilha e esbulho possessório

Ficamos alocados numa área social da escola, local que era então da prefeitura. Essa área fica na frente da fazenda onde havíamos retomado. Porém, não podiam nos tirar de lá porque não era área dos que se diziam proprietários. Lá ficamos nos reorganizando e adquirindo mais forças.

Depois de três meses entramos de novo na fazenda agora mais fortes do que antes e em maior número de pessoas/ Parentas. Desta vez estávamos

decididos não mais sairmos. “Ligeiros” ... fizemos então ranchos de plásticos, casas de taipas, reaproveitamos as casas abandonadas e danificadas que lá existiam.

Apesar de não sairmos mais da área, “de ano em ano” enfrentávamos pedidos de reintegrações. Foram oito tentativas de reintegrações, sendo que a última ocorreu em 2011 e de forma violenta. Utilizaram então de força máxima para nos retirar fomos surpreendidos com a presença da Polícia Federal, Forças Armadas, Exército, CAERC (Companhia de Ações Especiais da Região Cacaueira), PM, Polícia Civil e outros.

Na ocasião quando a Polícia Federal chegou estava em sala ministrando aula. Naquele monte eram mais de cem policiais. Fiquei com medo e o delegado nos abordou, informando que era uma reintegração e que tínhamos de cumprir com o mandado.

Disse que não sairia e argumentei que era uma falta de respeito nos abordarem em plena sala de aula cheia de crianças. O delegado me expulsou do espaço, pedindo para o Cacique Val me retirar dali porque “estava cumprindo ordens”.

Cacique Val para evitar minha agressão e até prisão, estrategicamente conseguiu me tirar do local. Expliquei aos estudantes o que estava acontecendo. Eles me deram forças e disseram que não sairiam também dali e não deixariam tomar a escola.

Resolvi então voltar para onde os policiais tinham me retirado. Foi quando avistei a chegada de dois tratores para destruírem o que havíamos construído. Junto com aquelas máquinas chegaram vários caminhões para pegarem os nossos móveis e efetuarem nossa expulsão.



Fotografia 17: Imagens da reintegração de posse ocorrida em 2011. Autoria: Desconhecida. **Fonte:** Índios Online. Data: 2011.

Fiquei revoltada e comecei a gritar por várias vezes. Dizia: “ninguém iria nos tirar de lá”. Ao longe avistei os gringos que se diziam donos. Mesmo a distância apontava para o grupo e falava bem alto do absurdo que estavam fazendo ao destruírem uma escola, posto de saúde e casas.

Tirei então várias fotos e fiz vídeos para postar nas redes sociais e enviar para a imprensa.¹¹ A ação violenta de reintegração de posse viralizou e não demorou para chegar vários jornalistas. A divulgação da violência que estávamos sofrendo repercutiu e conseguimos vários apoios das universidades, simpatizantes de nossa luta e de diferentes lideranças.

¹¹ Volto esclarecer que estou evitando nesta dissertação apresentar fotos sobre aquele contexto e outros por questões de segurança. Ainda moramos num território cuja demarcação não foi homologada.

Passamos o dia todo recebendo apoios e mesmo assim no final da tarde às 18 horas, o delegado da Polícia Federal nos chamou informando: “não podemos mais esperar ... o prazo de vocês para reverterem juridicamente a reintegração de posse encerrou”.

Como se diz por aqui: “faltou terra debaixo dos meus pés” quando ouvi esta fala do delegado da Polícia Federal. Não sabíamos mais o que fazer e a única solução seria o enfrentamento físico. Orei muito pedindo discernimento a e forças.

Por incrível que pareça minutos antes de começarem a ação de demolição recebi uma ligação do Procurador informando que aquela reintegração de posse estava suspensa.

Depois disso continuamos na área que havíamos retomado e passamos cinco anos aguardando o julgamento do processo pelo Juiz da Comarca de Ilhéus. Participei de várias reuniões na busca por -solucionar o problema.

Em 2016 fui convidada à participar de um evento em Salvador para receber um grupo de embaixadores das Nações Unidas e membros da Comissão Nacional e Internacional dos Direitos Humanos. Esse grupo foi até a Serra do Padeiro do Cacique Babau, que também fica no Território Tupinambá de Olivença.

No segundo encontro com esse grupo de pessoas apresentei um dossiê sobre as violações que estávamos sofrendo e denunciei a demora no julgamento do processo. Alguns dias se passaram e finalmente recebemos a notícia que o Juiz local julgou o processo dando um parecer “definitivo” favorável à nossa comunidade.

Finalmente chegou nossa vitória depois de tantos anos de violações, luta, resistência e (re)existências narradas aqui e no capítulo anterior. Depois disto organizamos junto com a comunidade a divisão dos espaços para que todos os parentes pudessem construir suas moradas e áreas para plantar. Hoje a nossa Aldeia do Acuípe de Baixo cresceu com sua organização e se constituiu como uma referência de organização.

Mas não parei de lutar e segui com o Cacique Val e os(as) parentes fazendo novas retomadas. Em único dia fizemos cinco retomadas. Neste sentido, assista os vídeos com as Memórias do nosso Cacique onde ele relata algumas dessas retomas e enfrentamentos em relação às reintegrações de posse (Cacique Val – Porã Tupinambá, Fontes: 27 ago. 2023).

Foi neste contexto que construímos nossa Educação Escolar Indígena, posteriormente o Colégio Estadual Indígena Tupinambá Acuípe de Baixo.

3.3. AS ORIGENS DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NO ACUÍPE DE BAIXO E AS PRIMEIRAS CONSTRUÇÕES DE MATERIAIS PEDAGÓGICOS PRÓPRIOS

Como assinala várias vezes durante esta dissertação a Educação Escolar Indígena no Acuípe de Baixo foi fruto da nossa luta pela terra e por direitos. Ela foi construída no cotidiano e em meio ao processo de resistência de meu Povo.

Quando iniciei o meu trabalho como representante da comunidade entre a segunda metade da década de 1990 e início dos anos 2000, fiz parte da Pastoral da Criança, indicada por nossa Anciã Amotara - Dona Nivalda Amaral de Jesus. A atuação dessa nossa Anciã sempre nos foi fundamental porque fazia de tudo um pouco: acompanhava as pesagens de nossas/nossos kuñatãs e kurumins, orientava as mães gestantes e fazia oficinas para preparação de farinhas nutritivas para as crianças desnutridas.

Considero Dona Nivalda – Amotara Tupinambá, como aquela que plantou a semente da Educação Escolar Indígena por ser também alfabetizadora e abrir caminhos para nós. Em uma das nossas reuniões mensais, na segunda metade da década de 1990, Dona Nivalda levou a Parente Nubia Batista para conhecer o meu trabalho na Pastoral do Acuípe. Sobre essa nossa Parente vale assistir o depoimento de Aracy Tupinambá, Pedrisia Damásio Oliveira (Fontes: 21 jul. 2023).

Naquela ocasião que estava nos conhecendo a Parente Núbia também apresentou um projeto de alfabetização que realizava junto com o Coletivo de Professores e Alfabetizadores da Região Cacaueira (CAPOREC) na modalidade educação do campo.

Fiquei empolgada com a proposta e incentivei minha comunidade a perceber a importância de aprender escrever e ler no sentido da luta por nossos direitos. Penso que foi destas ações que surgiram as bases iniciais da Educação Escolar Indígena Tupinambá no Acuípe de Baixo e futuramente a criação do nosso Colégio Estadual Indígena. Na época ainda não chamávamos o que fazíamos de Educação Escolar Indígena, mas suas origens estavam lançadas.

As aulas eram dinâmicas porque relacionava o aprendizado com as vivências de cada pessoa/Parente. Assim, todos interagiam narrando suas histórias de sofrimento, alegrias e lutas. O planejamento era sempre coletivo com a participação de todas as pessoas professoras do programa.

Inicialmente (segunda metade da década de 1990) em Olivença eram duas educadoras: eu do Acuípe de Baixo e a Parente Pedrisia (Aracy Tupinambá) na área da Sapucaeira. Por isto reitero que vale muito assistir e ouvir o depoimento desta minha Parente já disponível no youtube (Aracy Tupinambá, Pedrisia Damásio Oliveira, Fontes: 21 jul. 2023). A Parente Valdelice do Campo do São Pedro foi a terceira a fazer parte desse grupo de Mulheres Indígenas Educadoras.

Nas formações que participávamos aprendemos as bases de como aplicar as atividades respeitando as vivências que cada aluno. A primeira orientação que seguíamos era fazer sempre rodas de conversas para conhecer um pouco da história de vida de cada um. Assim, o aprendizado era também para nós alfabetizadoras.

Em alguns dos nossos planejamentos tivemos uma formação sobre a história de Olivença e das aldeias indígenas que existiam onde morávamos. Isto fez com que incentivássemos entre os discentes a procura por seus troncos ancestrais.

No início houve resistência entre estudantes que não aceitavam falar de “índios”. Para esses no Acuípe e em Olivença: “só tinha caboclo e não índios”. As vezes insistia no assunto, mas sentia que alguns ficavam contrariados.

Hoje ponderando sobre aquele contexto, penso que ele resultou das inúmeras violências, perseguições e espoliações das terras que sofreram nossos ancestrais. Como analisa o orientador deste trabalho (Casé Angatu) em seus estudos, a busca por entocidar a presença indígena nas almas e corpos das pessoas foi parte do histórico e estrutural genocídio e espoliação das terras indígenas.

Vale ponderar que um dos lugares onde se iniciaram as invasões europeias foi em Olivença. Portanto, em nosso caso é um processo de mais de 500 anos de perseguições, mortes e negações.

Voltando aquele contexto inicial da formação da Educação Escolar Indígena no Acuípe, mudei a dinâmica e junto com as pessoas/alunas começamos a construir suas árvores genealógicas. Nessa busca surgiam dúvidas sobre quais os significados das palavras caboclo, índio e negro.¹²

Como Educadora Indígena cada vez mais incentivava essa procura pelas ancestralidades de cada um. Vale dizer que eu também tinha dúvidas em relação aos meus troncos, buscando sempre um pouco da minha história com os meus avós e minha mãe.

Fiz um convite então para a Parente Nubia Batista, do Coletivo de Professores e Alfabetizadores da Região Cacaueira (CAPOREC) para participar de uma das nossas aulas e contar sobre seus troncos e a história do território de Olivença. Começamos então a sermos chamadas como as “professoras indígenas”.

Comecei também a percorrer outras comunidades incentivando a educação e alfabetização. O apoio e a participação dos alunos foram

¹² Naquele contexto não existia um debate sobre a necessidade de substituir a palavra “índio” por indígena. Na verdade, a palavra “índio” naquele contexto e mesmo em muitos lugares na atualidade representava autoafirmação das origens ancestrais.

importantes para conseguirmos convencer outros estudantes e cada vez mais as turmas cresciam.

Convidei o Parente Valdenilson (Cacique Val – Porã Tupinambá) para fazer parte do grupo de educadores. Ele foi o quarto a fazer parte do grupo na turma que ficava na área mais distante do Acuípe de Baixo.

Surgiu a ideia de conhecer mais ainda o território e os planejamentos passaram acontecer nas comunidades mapeadas pelos anciões e alunos. Isto fez com que socioculturalmente georreferenciássemos mais ainda nossa territorialidade. Por isto as vezes os nossos planejamentos duravam três dias e cada área. Mas uma vez ressalta a importância da educação para o processo de autodemarcação de nosso território e vice-versa.

A imagem a seguir mostra um dos momentos dessas formações.



Fotografia 18: Noite Cultural de Planejamento e Formação dos Alfabetizadores Indígena, com a participação da turma da EJA do Território Tupinambá de Olivença na Aldeia Acuípe de Baixo. Autoria: Desconhecida. **Fonte:** Acervo Particular. Data: 1996.

Cada comunidade que visitávamos surgia o interesse de implantar uma turma e com alfabetizadores da própria localidade. Muitos de nós, incluindo eu, não tínhamos formação e só alfabetizávamos com o pouco conhecimento que adquiríamos nos planejamentos.

Mas foi com essa atuação que conseguimos conhecer todas comunidades que hoje é nossa Aldeia. Além do apoio do Coletivo de Alfabetizadores Populares da Região Cacaueira (CAPOREC) e da Pastoral, também nos ajudaram a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), Associação Nacional de Ação Indigenista (ANAÍ), Eco Parque de Una e outros apoiadores.

A Parenta Núbia se juntou com a FASE conseguindo um projeto de levantamento histórico com a Associação Nacional de Ação Indigenista (ANAÍ). Através deste projeto nós alfabetizadores do CAPOREC fomos orientados a fazer entrevistas com as/os Anciãs/Anciões sobre as vivências deles e na busca de relatos que nos identificasse como indígena e Povo.

Participamos de várias formações com professoras/professores, entre eles: Ricardo Ponfilho, Guga da ANAI, Paulo Demétrio da FASE, Terezinha Marcis (atualmente professora na UESC), Eduardo Almeida, Patrícia Navarro. Aprendemos a fazer gravações, transcrever falas, respeitar as linguagens de cada ancião.

Uma das formações durou três dias e aconteceu na Comunidade do Santana com a participação de todas as famílias do lugar. Saímos por várias comunidades e formamos vários grupos de educação.

Já éramos então dez pessoas educadoras. Cada um de nós tinha a responsabilidade de entrevistar as/os Anciãs/Anciões com mais vivências na tradição originário de nosso Povo. Depois coletivamente tecíamos os relatos que eram fascinantes. Cada vez mais ficava encantada com o que ouvia e história do meu Povo a partir das vivências de minhas/meus Parentas/Parentes.

Assim, desde daquela época (final da década de 1990 e início dos anos de 2000) já produzíamos nossos próprios materiais pedagógicos de forma contracolonial.

Lembro-me de vários relatos e neste momento cito dois deles. O primeiro depoimento é de Dona Nicinha Nascimento. Ela nos contava sobre a importância dos remédios caseiros, dos chás para cada doença, a forma de preparo e as comidas: cortados de abóbora, mamão e a moqueca da “taioba e do bredo”.

Dona Nicinha falou também das mil utilidades da mandioca, entre elas: “fazer giroba”, que é a bebida que nossos ancestrais manejavam e tomavam para o fortalecimento espiritual. Ainda segundo nossa Anciã, a giroba também combatia a anemia, “mas quem bebia demais ficava bêbado”

Foi destes depoimentos que aprendemos algumas de nossas canções que entoamos em nossos rituais, tais como:

*Olha o fogo,
olha o fogo,
canaviá
quero ver laborar,
canaviá
a cana tá madura,
canaviá
para fazer rapadura,
canaviá
a cana tá devez,
canaviá
para queimar outra vez
(Canção Ritual Tupinambá)*

*Olha ê,
cana mirim
Olha ê,
cana mirá*

*É da caiana que faz a cachaça
Beberrão era martim parangolá
E o beberrão era martim parangolé
(Canção Ritual Tupinambá)*

Dona Nicinha também falava conosco em tupy. Porém, não entendíamos porque não tínhamos o domínio da língua.

No mesmo dia visitamos senhor Deca que nos relatou sobre a vida dele e de seus Parentes “antigamente”. Segundo aquele Ancião, ninguém podia se assumir como indígena porque senão era perseguido e morto pelos que trabalhavam para coronéis do cacau.

-Senhor Deca também disse que perdeu metade de suas terras por ter que “trocar por comida”. Aqui vale ponderar que este é um dos argumentos que utilizam os que se dizem donos da terra: “quem mandou os ‘índios’ trocarem as terras deles por comida e cachaça”.

Contra essa argumentação falamos que nossos ancestrais foram enganados e os que “compraram” suas terras agiram de “má fé”. Ou seja, as terras de nossos ancestrais não foram cobradas e sim roubadas pela força, ou “esperteza”. O Ancião Deca falou também que muitos de seus Parentes foram escorraçados das terras e passaram a viver escondidos.

Muito provavelmente é por esta razão que cantamos uma canção que diz sobre nossa fuga para o meio do mato:

Tupinambá subiu a serra
Todo coberto de pena
Ele foi ... ele é
O Rei da Jurema

O ancião Deca dizia também que o Acuípe de Baixo se chamava Coqueiros. Ele explica que quando ocorria a “andada dos caranguejos” a Parentada descia à Serra para pegá-los e comer na beira do mangue.¹³ Quando as/os Parentas/Parentes chegavam perto da praia avistavam os coqueiros de longe e por isso denominaram o lugar como Coqueiros.

¹³ A “Andada dos Caranguejos” ocorrem de acordo com a lua. É o momento em que os mesmos saem de suas tocas e por isto ficam mais vulneráveis à caça.

O nome Acuípe veio porque o rio que corre até hoje em nosso território encontrava com outros braços de rios que passavam pelas aldeias. Assim foram batizados: Acuípe de Baixo, Acuípe do Meio e Acuípe De Cima.

Foram muitos os relatos que ouvimos de Anciãs e Anciões que constituíram nossos primeiros materiais pedagógicos e serviram para a luta por nosso reconhecimento étnico e demarcação territorial. A figura do Indígena Caboclo Marcelino por vezes aparecia nestes relatos.¹⁴

Quando encerramos as entrevistas transcrevemos todos os áudios para fichas, respeitando as linguagens locais e de cada um. Na reunião de planejamento entregávamos todo material para os que nos orientavam e saíamos de novo para fazer outras entrevistas em comunidades que ainda não tínhamos visitados.

As fichas com as transcrições das entrevistas eram analisadas pelos orientadores e assim fizemos um cronograma de nossa história a partir de cada relato. Insisto que provavelmente este foi o nosso primeiro material pedagógico, porque serviu de apoio para o trabalho nas salas de aula e os estudantes conheceram mais as histórias de nossas/nossos ancestrais.

Importante destacar que muitos se identificavam com os relatos, e a resistência de se assumirem como indígenas foi diminuindo. Eis aqui as sementes da nossa Educação Escolar Indígenas sendo lançadas. Surgiram a partir de então vários outros relatos.

3.4. A OFICIALIZAÇÃO DO QUE JÁ EXISTIA: EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA TUPINAMBÁ

Em 1999, o Coletivo de Alfabetizadores Populares da Região Cacaueira (CAPOREC) conseguiu uma parceria com a Prefeitura Municipal de Ilhéus.

¹⁴ Como assinalamos antes Marcelino liderou uma revolta contra os coronéis do cacau que desejavam tomar as terras de Olivença entre as décadas de 1930-1940.

Todos nós alfabetizadoras(es) conseguimos o nosso primeiro contrato oficial, apesar de serem apenas seis meses.

Além da remuneração que nos ajudava em muito na nossa militância educacional e indígena, esses contratos também serviam para reconhecer a nossa existência como indígenas em Olivença. Saliento isto porque a alegação dos que são contrários a demarcação de nosso território é que “em Olivença não existiriam mais ‘índios’”.

Foi por causa deste compromisso com meu Povo que também em 1999 retornei aos estudos e conclui o fundamental em 2000. Iniciei o ensino médio no magistério e terminei em 2003. Com a conclusão do ensino médio consegui entrar na Faculdade de Pedagogia que terminei em 2009. A busca era de aprimorar mais a minha formação como educadora para militar pelos direitos de meu Povo. Como demonstração de que a luta Tupinambá era fundamental para que eu voltasse a estudar, assinalo que só retornei aos estudos doze anos depois justamente para fazer o mestrado no PPGER/UFSB e novamente contribuir com a luta Tupinambá com esta dissertação.

Voltando aos anos 2000, como precisávamos de aliados tanto para conquistarmos a demarcação de nossas terras e para continuarmos com a educação que fazíamos, participamos do Encontro Mundial do Décimo Eclesial da Igreja Católica. Este evento aconteceu em 2000 na cidade de Ilhéus no Convento da Piedade e teve a participação de vários grupos de diferentes países.

Contou com a presença de vários bispos, cardeais e representações mundiais. Para nós indígenas o evento foi fundamental porque nos possibilitou conhecer várias/vários Parentas/Parentes. Isso fez com que fortalecesse nossas articulações com os demais Povos e aprendêssemos com as lutas dos outros Parentes.



Fotografia 19: Encontro Mundial do Décimo Eclesial da Igreja Católica em Ilhéus, contando com a participação de várias representações do movimento indígena do Sul da Bahia. e por direitos. Autoria: Desconhecida. **Fonte:** Acervo Particular. Data: 2000.

Eu (Rosilene), Valdelice, Aracy Tupinambá - Pedrisia e a Parente Nubia, recebemos a ajuda para escrevermos uma carta dirigida ao Vaticano, falando da necessidade do reconhecimento étnico de nosso Povo e de sermos atendidos por políticas públicas. A carta foi também encaminhada para o governo brasileiro.

Essa carta e todo material que realizávamos, bem como das pessoas Parentas de todo território de Olivença, foram coletados e serviram de base para nosso Reconhecimento Étnico feito pela FUNAI em 13 de maio de 2022 e posterior publicação do Relatório de Demarcação Territorial em 20 de abril de 2009.¹⁵

Claro que tudo foi e ainda é demorado quando se trata do reconhecimento dos nossos direitos pelo Estado e justiça brasileira. Por isso como estratégia ocupamos todos os espaços possíveis para que reconheçam nossa existência, a exemplo do que fizemos em 2000, quando participamos do Encontro Mundial do Décimo Eclesial da Igreja Católica.

Quando o governo brasileiro autorizou a FUNAI realizar o estudo antropológico de nossa existência, a pessoa designada foi a antropóloga portuguesa Suzana Veiga. Acredito que o material que já tínhamos coletado nossa atuação como educadoras indígenas e as ações que realizamos foram consideradas no reconhecimento étnico e mapeamento das aldeias existentes.

Em 2022, novamente como o apoio da FASE e ANAÍ conseguimos fazer com que o então Ministério da Educação e Cultura (MEC) produzisse o primeiro livro didático do Povo Tupinambá de Olivença narrando suas histórias.¹⁶

O apoio do MEC durou apenas um mês, mesmo assim conseguimos fazer o livro com o apoio da comunidade. O trabalho foi realizado com base nos

¹⁵ Fontes: FUNAI. Nota Técnica n. 01/CGEP/02, 13 de maio de 2002; FUNAI. Resumo do Relatório Circunstanciado de Delimitação da Terra Indígena Tupinambá de Olivença, 20 de abril de 2009; FUNAI. Relatório Final Circunstanciado de Identificação da Terra Indígena Tupinambá de Olivença, 2008.

¹⁶ Infelizmente não consegui encontrar nenhum exemplar deste livro para até apresentá-lo aqui. O número de exemplares feitos foi limitado. Porém, continuo procurando algum exemplar até para que possam reeditá-lo.

depoimentos que havíamos registrados—das Anciãs e Anciões. Possuía ainda desenhos feitos por nossas kuñatãs e kurumins.

A produção do livro ocorria no Núcleo Educacional do Acuípe de Baixo que ficava—minha casa.



Fotografia 20: Equipe de Alfabetizadores que participaram da produção do Livro *História do Povo Tupinambá de Olivença*. Na foto estávamos à margem do Rio Acuípe de Baixo perto da minha casa, onde ficava nosso Núcleo Educacional. Autoria: Desconhecida. **Fonte:** Acervo Particular. Data: 2002.

A maioria das reuniões e encontros também serviam para formularmos estratégias na busca do nosso reconhecimento étnico e demarcação territorial.

Por isso, para muitos o Acuípe de Baixo é uma das principais aldeia do Território Tupinambá de Olivença. Assim, não só produzimos o livro, como também organizamos a luta para construirmos uma Escola Tupinambá feita pelas(os) professoras(es) indígenas.



Fotografia 21: Minha casa às margens do Rio Cururupe que também funcionou como sala de aula e Núcleo Educacional do Acuípe de Baixo. Foi um lugar estratégico para organização da luta pela criação da Escola Indígena e demarcação territorial. As duas pessoas que aparecem são: minha mãe (Edite) e minha vó (Julia). Autoria: Desconhecida. **Fonte:** Acervo Particular. Data: 2001.

Ainda em 2000, participamos da primeira reunião em Salvador para levarmos nossas demandas junto ao governo do Estado da Bahia. Entre elas estava a contratação das(os) professoras(es) alfabetizadoras(es) e com isso o reconhecimento que já existia em Olivença a Educação Escolar Indígena.

Foi importante essa atuação na capital do nosso Estado. Voltamos esperançosas para o nosso território. Em meados daquele mesmo ano (2000) conseguimos o primeiro contrato com o Professor por Tempo de Serviço Temporário (PST). Volto a salientar que esta conquista nos importava não só pela remuneração, mas acima de tudo porque forçava o governo a nos reconhecer como indígenas possuidores de direito a ter a terra demarcada.

Um bom exemplo nesse sentido era que o pagamento era efetivado de três em três meses. Porém, não demorou e o governo do nada encerrou o contrato, mesmo assim trabalhamos três anos sem receber o pagamento porque para nós acima de tudo tratava-se da militância indígena.

Ficamos aguardando a renovação do contrato e mesmo sem o pagamento não desistimos de lecionar no sentido de fortalecer cada vez mais nosso movimento pela terra. Em 2003, conseguimos um novo contrato do PST cujo pagamento apesar de pouco, acontecia mensalmente.

Nossas reuniões continuaram acontecendo quinzenalmente. Conseguimos então a implantação da FUNAI em Ilhéus e nosso atendimento de saúde pela então Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) – naquele tempo ainda não existia a Secretaria de Saúde Indígena (SESAI).

Percebíamos que com muita luta estávamos conquistando direitos que nos foram roubados. Porém, a cada direito conquistado ampliávamos mais ainda nossa pauta de reivindicações sempre a partir da nossa atuação como pessoas educadoras.

Com esses avanços o movimento foi crescendo e cada vez mais Parentas/Parentes se declaravam indígenas. A educação escolar que fazíamos com certeza foi fundamental nesse sentido. A Parentada começou a acreditar mais em quem estava “na linha de frente” da luta.

Tornamo-nos um Povo em evidência e por isso também a tensão com os “fazendeiros” cresceu. Muito se quer nos deixavam passar pelas “fazendas” que davam acesso as áreas onde tinham nossas/nossos Parentas/Parentes. A discriminação também aumentou. Quando passávamos em áreas dominadas por não indígenas, éramos provocados e apontados como desordeiros e “sem ter o que fazer”.

No início dos anos de 2000 decidimos que precisávamos escolher um Cacique entre nós. Claro que essa decisão não significava “abrirmos mão” da nossa força coletiva e da importância de nossos(as) anciões(ãs) para nos guiar. A ideia de um Cacique era porque precisávamos de uma pessoa para nos representar quando todos não podíamos participar.

Fizemos uma Assembleia Geral do Povo Tupinambá e foi escolhida como nossa primeira Cacica a Parente Maria Valdelice Amaral de Jesus – Jamopoty Tupinambá. A Cacica foi acolhida e aclamada por todos os Parentes. Foi uma grande festa que nos encheu de orgulho porque Jamopoty Tupinambá era educadora e filha daquela que fez brotar a semente da Educação Escolar Indígena em Olivença: Dona Nivalda – Amotara Tupinambá.

Mas nossa felicidade também era porque Cacique Valdelice nos representava como Mulher Indígena. A escolha pela Parente como primeira Cacica Tupinambá expressava o reconhecimento coletivo do meu Povo, da importância da atuação das kuñas gwarĩnĩ (mulheres guerreiras indígenas).

Uma valorização pela luta na construção da Educação Escolar Tupinambá e também em vários momentos no reconhecimento étnico e de retomada territorial. Assim, como Mulher Indígena destaco o protagonismo que tivemos e ainda temos. Aliás, acredito que a leitura deste trabalho demonstra isso o tempo todo.¹⁷

Com a escolha da Cacica Jamopoty Tupinambá, cada aldeia ficou

¹⁷ Em relação ao protagonismo das mulheres indígenas e como assinalamos antes, destaco: Julieta Paredes (2016 e 2019) e de Silvia Rivera Cusicanqui (1984, 2008 e 2010).

suas lideranças e junto com Valdenilson – Val Porã Tupinambá, seguimos a luta no Acuípe de Baixo. Acompanhávamos a Cacique nas reuniões com as instituições de governo e justiça.

Fui escolhida então como representante do Povo Tupinambá de Olivença no Conselho Local e Distrital de Saúde Indígena. Mas acima de tudo fazia parte das diferentes esferas de atuação em relação à Educação Escolar Indígena. Por exemplo, participei do Fórum Estadual de Educação Indígena, inicialmente como apoiadora e atualmente como representante titular.

Segundo o site da Secretaria de Educação do Estado da Bahia este Fórum criado em 2011:

[...] tem como objetivo geral constituir-se em um espaço aberto de discussão, acompanhamento e avaliação coletiva da operacionalização de Políticas Públicas de Educação Indígena [busca] a gestão participativa da política pública educacional para os indígenas [...] (Fontes: Bahia, 06 abr. 2011).

A Educação Escolar Indígena tornou-se assim uma das principais bases para a luta por nossos direitos e a cada dia amadurecia a necessidade da construção de uma Escola Indígena Tupinambá. Foi o que aconteceu quando em junho de 2006 conseguimos construir a Escola Estadual Indígena Tupinambá de Olivença (EEITO), localizada na região da Sapucaeira.

Porém, a EEITO foi criada para atender toda a Comunidade Tupinambá, mas fica cerca de 16 quilômetros da área central de Olivença que denominamos com Aldeia Mãe de Olivença. Por causa disso e da demanda por Educação Escolar Indígena, aquela Escola funcionou a princípio possuindo vários Núcleos Escolares.

Alguns desses núcleos ficavam em nossa região do Acuípe de Baixo. Mas os núcleos funcionavam com dificuldades estruturais e pedagógicas: as salas eram multisseriadas, poucas pessoas para atuarem como educadoras, falta de transporte escolar, material pedagógico e merenda.

Por isso percebemos a necessidade da criação de mais escolas indígenas e em formato de Colégios por causa da demanda por Ensino Médio e de Educação de Jovens e Adultos (EJA). Novamente organizamos a luta e a

EEITO tornou-se o atual Colégio Estadual Indígena Tupinambá de Olivença (CEITO).

No Acuípe também nos organizamos e criamos em 2014 o Colégio Estadual Indígena Tupinambá do Acuípe de Baixo (CEITAB). Isto ocorreu a partir dos antigos Núcleos Escolares existentes na nossa região.

Os depoimentos de Lucinete Tupinambá - Lucinete Amorim dos Santos (Fontes: 30 jul. 2023) e Ytaquatiara Guaracy Tupinambá - Hebert de Almeida Santos (Fontes: 02 ago. 2023) apresentam dimensões deste processo.

O mesmo aconteceu em outras regiões em nosso território e hoje a Terra Indígena Tupinambá de Olivença possui:

- Colégio Estadual Indígena Tupinambá de Olivença (CEITO), antiga Escola Estadual Indígena Tupinambá de Olivença (EEITO), localizada na Sapucaeira;
- Colégio Estadual Indígena Tupinambá do Acuípe de Baixo (CEITAB);
- Escola Estadual Indígena Tupinambá do Abaeté (EEITAB);
- Colégio Estadual Indígena Tupinambá Amotara (CEITA) (Ayra Tupinambá, 2020, p. 72).

Tanto nosso Colégio no Acuípe de Baixo como todas as Escolas Indígenas de Olivença, resultaram da luta de nosso Povo. Nelas procuramos formar guerreiras e guerreiros que continuem a luta por direitos e pela Natureza Encantada.

Acredito que nós (Educadoras Indígenas) oferecemos e continuamos a oferecer nossa contribuição à Educação Escolar Indígena Tupinambá e para a luta pela demarcação imediata de nosso Território.

**IV – FRUTOS (“PRODUTOS”)
EDUCACIONAIS:
MEMÓRIAS/ORALIDADES -
RECONTAR A NOSSA HISTÓRIA A
PARTIR DAS NOSSAS NARRATIVAS**



Fotografia 22: Nesta foto nossos Anciões são entrevistados pela ANAI a quem agradecemos. Hoje somos também nós que recolhemos nossas oralidades.

**Autoria:
Desconhecida. Data:
2002.**

4.1. MEMÓRIAS QUE FLUEM NAS ORALIDADES

Parto da ponderação de que a escrita não dá conta da oralidade como bem analisa o Prof. Casé Angatu em seus textos citados na *Bibliografia* desta dissertação. Ao mesmo tempo sempre desejei realizar uma dissertação colocando como protagonistas de suas narrativas minhas/meus Parentas/Parentes.

Assim, consciente das limitações da escrita em relação à oralidade e novamente seguindo as indicações da banca de qualificação, resolvi apresentar os depoimentos que consegui organizar no formato de vídeo. A escolha pelo vídeo é porque também falamos por gestos, olhares e silêncios.

No entanto, mesmo com as imagens e áudio sempre haverá os filtros de nosso olhar e audição atravessada por vivências socioculturais e compreensões sobre o mundo de forma clara ou inconscientemente.

Como assinei nos capítulos anteriores, esses vídeos estão disponíveis como domínio público no youtube através do *Canal: Tupixuara Moingobé Ñerena*. Para fazer isso obtive o consentimento das/dos Parentas/Parentes que foram entrevistados. Destaco ainda que quando realizamos os diálogos todas as pessoas ouvidas já haviam completado o ciclo vacinal completo em relação ao combate ao coronavírus. Entretanto, observo que no caso do Cacique Val – Porã Tupinambá, realizei uma montagem dos vídeos sobre ele que já estavam disponíveis.

Esta foi a forma que encontrei para disponibilizar os depoimentos como material pedagógico e de livre acesso à todas as pessoas que desejem ver e ouvir algumas das memórias sobre a Educação Escolar Indígena no Acuípe de Baixo e acerca do Colégio Estadual Indígena Tupinambá, daquela região de Olivença.

Acredito que as oralidades e o vídeo aproximam os que ouvem/assistem de dimensões dos modos indígenas Tupinambá de viver, pensar e sentir. Neste sentido, os olhares, gestos e movimentos corporais nos vídeos são tão fundamentais como a oralidade.

Os depoimentos não são entendidos nesta dissertação como anexos, ilustrações e/ou fontes de comprovação de teses ou conceitos já estabelecidos. Friso que as memórias apresentadas nos vídeos e outras tantas, conduziram grande parte da dissertação, procurando contraponer olhares existentes e apresentar dimensões da existência, resistência e (re)existência dos Tupinambás, especialmente no Acuípe de Baixo.

As falas não foram mais vezes utilizadas aqui por terem sido obtidas ao findar do trabalho. Mas certamente retornarei a elas como educadora e em futuros estudos.

Destaco ainda que são diálogos e não entrevistas com perguntas e respostas. Afirmando isto porque, com exceção do vídeo do Cacique Val, nos demais depoimentos o roteiro dos diálogos foram feitos pela autora desta dissertação. Foram diálogos entre pessoas Parentes na forma de conversa.

Saliento isto porque concordo com Silvia Rivera Cusicanqui quando escreve:

La historia oral en este contexto es por eso mucho más que una metodología “participativa” o de “acción” (donde el investigador es quién decide la orientación de la acción y las modalidades de la participación): es un ejercicio colectivo de desalienación, tanto para el investigador como para su interlocutor. Si en este proceso se conjugan esfuerzos de interacción consciente entre distintos sectores: y si la base del ejercicio es el mutuo reconocimiento y la honestidad en cuanto al lugar que se ocupa en la “cadena colonial”, los resultados serán tanto más ricos en este sentido (Cusicanqui, 2008).

Neste mesmo sentido escolhemos (eu e meu orientador) não colocar aqui o roteiro dos diálogos para que a dinâmica da conversa seja mais expressiva. Para sensibilizar seu olhar espero que ao assistir o vídeo tenha um olhar circular, observando silêncios, falas, corpo, espaço e as -temporalidades.

Alguns estudiosos da oralidade dizem que nos diálogos a memória flui entre o passado e o presente. Por isto também os silêncios são tão importantes (Bosi, 1994). Desejo também que os vídeos ajudem a enfrentar preconceitos em relação ao meu Povo, porque ainda encontramos pessoas que negam nossos direitos como indígenas que somos.

4.2. FALA PARENTA ... FALA PARENTE

Aracy Tupinambá, Pedrisia Damásio Oliveira



Nome: ARACY TUPINAMBÁ, Pedrisia Damásio Oliveira.

Educadora Indígena e Liderança da Aldeia Sapucaeira.

Data da Oralidade: 21 jul. 2023.

Local da Oralidade: Aldeia Itapuã - Águas de Olivença.

Canal no Youtube: Casé Angatu - Tupixuara Moingobé Ñerena (Domínio Público).

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=qSTfwnZnyeE&t=151s>

Cacique Val – Porã Tupinambá, Valdenilson Oliveira dos Santos – I Parte: A Luta Por Direitos



Nome: CACIQUE VAL – PORÃ TUPINAMBÁ, Valdenilson Oliveira dos Santos

Cacique Tupinambá do Acuípe de Baixo. Educador indígena e militante da luta de seu Povo.

Data da Oralidade: várias datas.

Local da Oralidade: várias localidades.

Canal no Youtube: Casé Angatu - Tupixuara Moingobé Ñerena (Domínio Público).

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=e6k7QqaKq3E>

Cacique Val – Porã Tupinambá, Valdenilson Oliveira dos Santos – II Parte: A Importância De Cacique Val



Nome: CACIQUE VAL – PORÃ TUPINAMBÁ, Valdenilson Oliveira dos Santos.

Cacique Tupinambá do Acuípe de Baixo. Educador indígena e militante da luta de seu Povo.

Data da Oralidade: várias datas.

Local da Oralidade: várias localidades.

Canal no Youtube: Casé Angatu - Tupixuara Moingobé Ñerena (Domínio Público).

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=nrVSKCVudRY>

Lucinete Tupinambá, Lucinete Amorim dos Santos



Nome: LUCINETE TUPINAMBÁ, Lucinete Amorim dos Santos.

Merendeira do Colégio Estadual Indígena Tupinambá do Acuípe de Baixo – CEITAB.

Data da Oralidade: 30 jul. 2023.

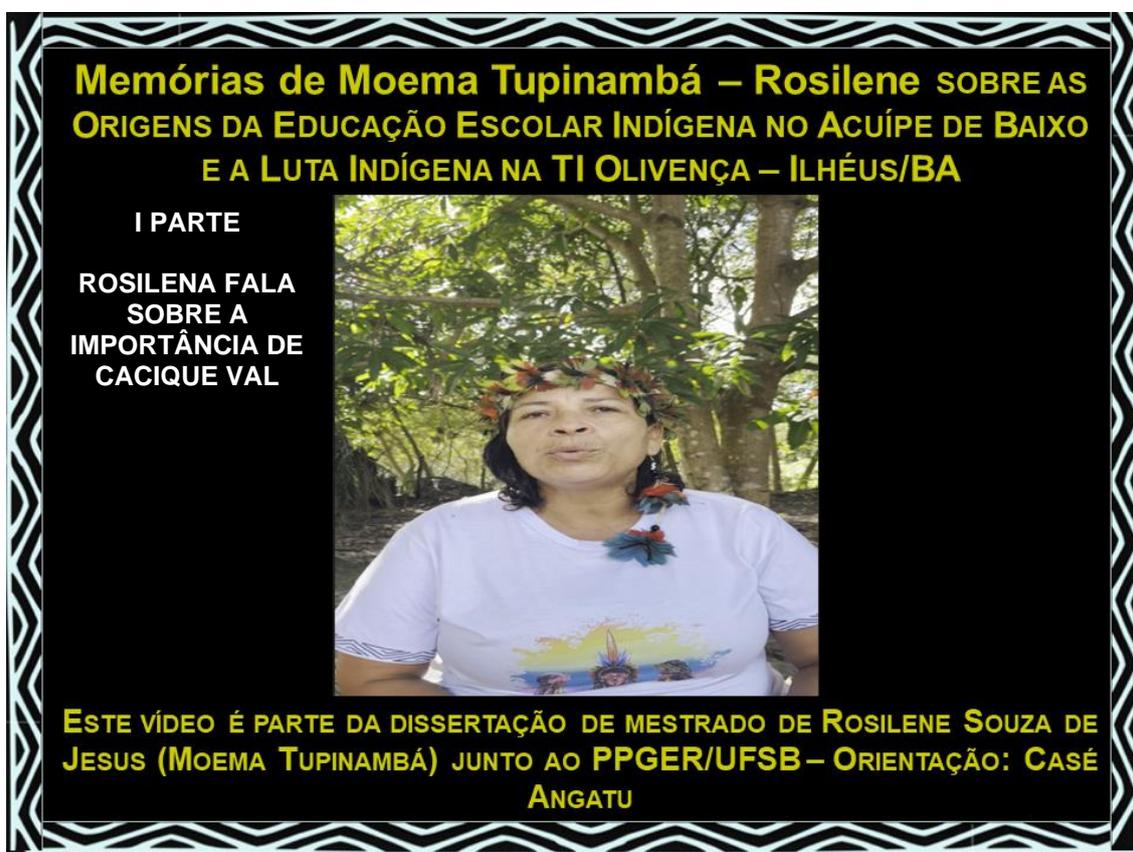
Local da Oralidade: Área Externa do Espaço improvisado para o Atendimento do Colégio Estadual Indígena Tupinambá do Acuípe de Baixo – Terra Indígena Tupinambá de Olivença (Ilhéus/BA).

Canal no Youtube: Casé Angatu - Tupixuara Moingobé Ñerena (Domínio Público).

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=gMshmZGSfEQ&t=20s>

Moema Tupinambá, Rosilene Souza de Jesus

I Parte: Rosilena Fala Sobre A Importância de Cacique Val



Nome: MOEMA TUPINAMBÁ, Rosilene Souza de Jesus.

Liderança do Acuípe de Baixo, Educadora Indígena e Autora desta dissertação

Data da Oralidade: 25 ago. 2023.

Local da Oralidade: Acuípe de Baixo.

Canal no Youtube: Casé Angatu - Tupixuara Moingobé Ñerena (Domínio Público).

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=m-1TwxCR6eY>

Moema Tupinambá, Rosilene Souza de Jesus

II Parte: As Origens da Educação Escolar Indígena no Acuípe de Baixo



Nome: MOEMA TUPINAMBÁ, Rosilene Souza de Jesus.

Liderança do Acuípe de Baixo, Educadora Indígena e Autora desta dissertação.

Data da Oralidade: 25 ago. 2023

Local da Oralidade: Acuípe de Baixo

Canal no Youtube: Casé Angatu - Tupixuara Moingobé Ñerena (Domínio Público).

Link: https://www.youtube.com/watch?v=_wlaacLXRmA

Ytaquatiara Guaracy Tupinambá, Hebert de Almeida Santos



Nome: YTAQUATIARA GUARACY TUPINAMBÁ, Hebert de Almeida Santos

Atua na Coordenação da Juventude Tupinambá de Olivença – Localidade Tetama e ex-aluno do Colégio Estadual Indígena Tupinambá do Acuípe de Baixo - CEITAB.

Data da Oralidade: 02 ago. 2023.

Local da Oralidade: Núcleo Acuípe de Baixo – Terra Indígena Tupinambá de Olivença (Ilhéus/BA).

Canal no Youtube: Casé Angatu - Tupixuara Moingobé Ñerena (Domínio Público).

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=vsw9xo4nCII>

CONSIDERAÇÕES FINAIS: SEGUIR NA LUTA COM MEU POVO

Fotografia 23: Teto do Espaço de Reuniões em frente do Colégio Estadual Indígena Tupinambá do Acuípe de Baixo – Memorial Ancestral Presente.
Autoria: Desconhecida. Fonte: Acervo Particular. Data: 2022.

Farei de tudo para que esta dissertação fique disponível como material pedagógico no Colégio Estadual Indígena Tupinambá do Acuípe de Baixo. Saliento que sou professora naquele espaço e a ideia é retornar o que foi produzido para minha comunidade até porque é parte integrante deste trabalho.

Os vídeos já estão disponíveis no youtube como domínio público. Porém, continuarei a disponibilizar outras tantas oralidades de minhas/meus Parentas/Parentes.

Quanto ao presente texto a ideia é publicá-lo em diferentes formatos como material pedagógico. Da mesma forma, espero que esta dissertação impulse outras pessoas parentas a também realizarem suas produções a partir de seus saberes e dos ancestrais que são nossos fundamentos.

Sinto que poderia ter produzido muito mais. Porém, lembro que meu mestrado foi realizado durante o período pandêmico. Além disso, assinalo que sou uma pessoa comprometidas com a luta de meu Povo e isso faz com que tenhamos que -dividir nosso tempo com as comunidades onde atuamos. Como me ensinou Cacique Val – Porã Tupinambá: “a luta indígena e coletiva sempre vem em primeiro lugar”.

Dessa forma, procurarei continuar o presente estudo e construir novas possibilidades pedagógicas. Acredito que seria importante daqui por diante tratar mais especificamente do Colégio Estadual Indígena Tupinambá do Acuípe de Baixo (CEITAB) após sua criação. Isto é, ponderar sobre seu funcionamento, caminhos, dificuldades e enfrentamentos.

Quando comecei o mestrado tinha como objetivo inicial tratar especificamente do CEITAB. Mas à medida que estudava e escrevia percebi a importância de abordar um período anterior que denominei como as origens da Educação Escolar Indígena no Acuípe de Baixo. Isto ocorreu até pela falta de uma produção sobre o assunto e um desejo de não ter essa memória apagada.

Soma-se a esta motivação as ponderações feitas pelas professoras da banca de qualificação Profa. Dra. Jennifer Jacomini de Jesus - UDESC e Parente Profa. Dra. Juma - UFRN, bem como as orientações do Prof. Casé

Angatu. Ao ponderar sobre o que foi dito, acentuou-se mais ainda o desejo neste momento de tratar da Educação Escolar Indígena Tupinambá em uma época em que—este nome não era utilizado para o que fazíamos.

Sinto que a militância das educadoras e educadores indígenas nas origens da nossa Educação Escolar Tupinambá foi fundamental para a criação dos nossos Colégios e Escolas.

Recontar a nossa história a partir das narrativas feitas por nós mesmas foi um dos sentimentos que mais nortearam esta dissertação. Desejo que este estudo se torne uma contribuição e uma demonstração de que isso é possível e uma *Semente* para novamente germinar, brotar e frutificar.

Seguirei na Luta com meu Povo por Direitos e entre eles pela
DEMARCAÇÃO IMEDIATA DE NOSSAS TERRAS!

A LUTA É GRANDE
A LUTA É SAGRADA
COM FÉ EM TUPÃ
TOPAMOS QUALQUER PARADA
NÃO AO MARCO TEMPORAL !
DEMARCAÇÃO JÁ!
AWÊRÊ!

BIBLIOGRAFIA

ANGATU, Casé. Decolonizar o conhecimento e o ensino para enfrentar os desafios na aplicação da lei 11.645/2008: por uma história e cultura indígena decolonial!. In: MATTAR, S; SUZUKI, C.; PINHEIRO, M. (Org.) **A lei 11.645/08 nas artes e na educação: perspectivas indígenas e afro-brasileiras**. São Paulo: ECA-USP, 2020. p.38 – 72.

_____. Tupixuara Moingobé Ñerana: autodeclaração indígena como retomada da indianidade e territórios. In: ANGATU, C; AGUILUZ-IBARGÜEN, M; BRAGA, C; e GUIMARÃES, R S (Org). **Dossiê: De/S/Colonização Estética: Saberes Tradicionais, Artes, Dissidências**. - Revista Espaço Acadêmico. Maringá. UEM, 2021. p. 13-24.

_____. Já somos outros mundos possíveis, mas precisamos desarraigar o humano e o capital do centro do universo. In: TETTAMANZY, A. L. L., SANTOS, C. M. e MEDEIROS, V. L. C. **Letras e vozes dos Lugares**. Porto Alegre: Zouk, 2022, p. 108-126.

_____ e KATU TUPINAMBÁ (AMARAL, Admilson Silva). Mãe Terra Olivença: Território de Nossa Ancestralidade Sagrada. In: COLETIVO INDÍGENA (Kariri-Xocó, Karapotó, Xokó, Pataxó, Pankararu, Pataxó Hãhãhãe, Tupinambá). **Memória da Mãe Terra**. Território Indígena de Olivença/Ilhéus: Thydêwá, 2014, p. 28-31. Disponível em: <http://www.thydewa.org/wp-content/uploads/2014/12/livro-mae-terra-web.pdf>

_____ e KATU TUPINAMBÁ (AMARAL, Admilson Silva). “Marcelino Vive em Nós”. In: COLETIVO INDÍGENA (Kariri-Xocó, Karapotó, Xokó, Pataxó, Pankararu, Pataxó Hãhãhãe, Tupinambá). **Índios na visão dos índios: Memória**. Território Indígena de Olivença/Ilhéus: Thydêwá, 2012, p. 6-9. Disponível em: <http://www.thydewa.org/wp-content/uploads/2012/07/memoria.pdf>

AYRA TUPINAMBÁ, Vanessa Rodrigues dos Santos. **Território e (Re)Existência na Educação Escolar indígena Tupinambá Decolonial: Colégio Estadual Indígena Tupinambá Amotara (Aldeia Itapuã - Olivença – Ilhéus/BA)**. Terra Indígenas Tupinambá de Olivença (Ilhéus/BA): Dissertação (Mestrado) orientada por Casé Angatu junto ao Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais da Universidade Federal do Sul da Bahia, Itabuna, 2020.

_____ e ANGATU, Casé Povos Indígenas - Somos Um Mundo Onde Cabem Muitos Mundos: Îandê Iané Ara masuí Xukui Amó Ara - Lutas Indígenas, (Re)Existências e Resistências: Maramoñanga Ñerana Icobé. In: REIS, T. S. (Org.) **Lutas e Movimentos Sociais no Tempo Presente: historiografia, teoria e metodologia - volume 1**. Boa Vista: Editora da Universidade Federal de Roraima (UFRR). 2022, pp. 176-210.

_____ e ANGATU, Casé. Protagonismos Indígenas: (Re)Existências Indígenas e Indianidades. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci e ROSSI, Mirian Silva (Orgs.) **Índios no Brasil: Vida, Cultura e Morte**. São Paulo: IHF; LEER/USP; Intermeios: 2019, p. 23-4.

_____ e ANGATU, Casé. Tupinambá de Olivença (Ilhéus/BA): Protagonismo e (Re)Existência. In: PONDE, Biblioteca Virtual Consuelo. **Dossiê Indígena**. Disponível em: http://www.bvconsueloponde.ba.gov.br/2022/12/16/tupinamba_de_olivenca_ilheusba_protagonismo_e_reexistencia/ >. Acesso em: 16 de janeiro de 2018.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade – Lembranças de Velhos**. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

CANDAU, Vera Maria. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. In: **Revista Brasileira de Educação v. 13 n. 37 jan./abr.** 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/5szsvwMvGSVPkGnWc67BjtC/?format=pdf>. Acesso em jan./abr. 2008.

_____. **Educação Intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009.

_____; OLIVEIRA, Luiz Fernandes de. “Pedagogia Decolonial e Educação Antirracista e Intercultural no Brasil”. In: **Educação em Revista v.26, n. 01**. Belo Horizonte: UFMG, abr. 2010, pp. 15-40.

CUSICANQUI, Silvia Rivera. **Oprimidos pero no vencidos: luchas del campesinado aymara y qhichwa, 1900- 1980**. La Paz: La Mirada Salvaje, 1984.

_____. El potencial epistemológico y teórico de la historia oral: de la lógica instrumental a la descolonización de la historia. In: ROSILLO MARTINEZ, Alejandro. (org). **Teoria crítica dos Direitos Humanos no século XXI**. Porto Alegre: EDIPUCRS, p. 154- 175, 2008.

_____. **Ch'ixinakax utxiwa: una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores**. Ciudad Autonoma de Buenos Aires: Tinta Limón, 2010.

DEMOCRACIA, Memorial da. Protesto Marca 500 Anos do Descobrimento. In: **Memorial da Democracia**. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/protesto-marca-500-anos-do-descobrimento> Acesso em 22 abr. 2000.

FANON, F. **Os Condenados da Terra**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2006

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 9º ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

KOPENAWA YANOMAMI, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Cia. das Letras, 2019.

HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva**. Edições Vértice, São Paulo, 1990.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: UNICAMP, 1990

MONTEIRO, J. O Desafio da História Indígena no Brasil. In: SILVA, Aracy Lopes; GRU-PIONI, L. D. B. (Org.). **A Temática Indígena na Escola - Novos Subsídios para Professores de 1º. e 2º. Graus**. Brasília: UNESCO, 1995, p. 221-228.

_____. **Tupis, Tapuias e Historiadores: Estudos de História Indígena e do Indigenismo**. São Paulo Tese Apresentada para o Concurso de Livre Docência (Área de Etnologia, Subárea História Indígena e do Indigenismo – Antropologia) - UNICAMP, Campinas, 2001.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP**. São Paulo: Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, 1993.

PAREDES, Julieta. “Para descolonizar el feminismo”. In: **Revista de Estudios Bolivianos olivian Studies Journal vol. 25, 2019**. Disponível em: <http://bsj.pitt.edu/ojs/index.php/bsj/article/view/232/1369>. 2019

_____. (Entrevista) O feminismo comunitário é uma provocação, queremos revolucionar tudo. In: **IHU-UNISINOS, 23 de maio de 2016**. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/555380-o-feminismo-comunitario-e-uma-provocacao-queremos-revolucionar-tudo>. 2016

POLLAK, M. Memória e identidade social. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, v. 5, n. 10, 1992, p. 200- 204.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o Subalterno Falar?**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

WALSH, Catherine (Org.). **Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir**. Quito, Ecuador: Ediciones Abya-Yala, 2013.

_____. Interculturalidade Crítica e Pedagogia Decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver. In: CANDAU, Vera Maria. **Educação Intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009.

**FONTES:
MEMÓRIAS/ORALIDADES**

ARACY TUPINAMBÁ, Pedrisia Damásio Oliveira. Diálogo/Oralidade sobre as Memórias e Histórias do Colégio Estadual Indígena Tupinambá do Acuípe de Baixo - CEITAB. In: **Canal Youtube Casé Angatu - Tupixuara Moingobé Ñerena (Domínio Público)**. Local: Aldeia Itapuã - Águas de Olivença. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qSTfwnZnyeE&t=116s> Data: 21 jul. 2023.

CACIQUE VAL – PORÃ TUPINAMBÁ, Valdenilson Oliveira dos Santos. Memórias de Cacique Val: **I Parte - Sua Luta por Direitos** – Várias datas. Montagem: Rosilene Tupinambá. In: **Canal Youtube Casé Angatu - Tupixuara Moingobé Ñerena (Domínio Público)**. Local: Vários. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=e6k7QqaKq3E&t=168s> 28 ago. 2023.

_____. Memórias de Cacique Val: **II Parte – A importância de Val** – Várias datas. Montagem: Rosilene Tupinambá. In: **Canal Youtube Casé Angatu - Tupixuara Moingobé Ñerena (Domínio Público)**. Local: Vários. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nrVSKCVudRY> 28 ago. 2023

LUCINETE TUPINAMBÁ, Lucinete Amorim dos Santos. Diálogo/Oralidade sobre as Memórias e Histórias do Colégio Estadual Indígena Tupinambá do Acuípe de Baixo - CEITAB. In: **Canal Youtube Casé Angatu - Tupixuara Moingobé Ñerena (Domínio Público)**. Local: Área Externa do Espaço improvisado do - CEITAB - TI Tupinambá Olivença (Ilhéus/BA). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gMshmZGSfEQ&t=76s> Data: 30 jul. 2023.

MOEMA TUPINAMBÁ, Rosilene S. Jesus. Memórias de Moema Tupinambá (Rosilene): **I Parte – Rosilene fala sobre as Origens da Educação Escolar Indígena no Acuípe de Baixo**. In: **Canal Youtube Casé Angatu - Tupixuara Moingobé Ñerena (Domínio Público)**. Local: Vários. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=m-1TwxCR6eY> 28 ago. 2023.

_____. Memórias de Moema Tupinambá (Rosilene): **II Parte – Rosilene Fala sobre a importância de Cacique Val**. In: **Canal Youtube Casé Angatu - Tupixuara Moingobé Ñerena (Domínio Público)**. Local: Vários. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wlaacLXRmA&t=118s> 28 ago. 2023.

YTAQUATIARA GUARACY TUPINAMBÁ, Hebert de Almeida Santos. Diálogo/Oralidade sobre as Memórias e Histórias do Colégio Estadual Indígena Tupinambá do Acuípe de Baixo. In: **Canal Youtube Casé Angatu - Tupixuara Moingobé Ñerena (Domínio Público)**. Local: Núcleo Acuípe de Baixo – TI Tupinambá Olivença (Ilhéus/BA). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vsw9xo4nCI> Data: 02 ago. 2023.

FONTES:

DOCUMENTOS OFICIAIS

BAHIA, Secretaria de Educação do Governo do Estado da. **Fórum Estadual de Educação Indígena.** Disponível em: <http://educadores.educacao.ba.gov.br/noticias/forum-estadual-de-educacao-indigena> Acesso em 06 abr. 2011.

BRASIL. **Lei Nº 11.645, de 10 março de 2008.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Brasília: Diário Oficial da República Federativa do Brasil, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm Acessado em 10 mar. 2008.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1988.** Brasília: Senado Federal do Brasil, 1988. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf Acessado em 10 jan. 2020.

BRASIL, Ministério da Saúde do. **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD.** Brasília: Ministério da Saúde do Brasil. 01/10/2022. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/aceso-a-informacao/gestao-do-sus/cooperacao-em-saude/parceiros/pnud>. Acesso em 01 out. 2021.

FUNAI, Fundação Nacional do Índio. (VIEGAS, Susana Dores de Matos; PAULA, Jorge Luiz de; MELO, Juliana Gonçalves). Resumo do Relatório Circunstanciado de Delimitação da Terra Indígena Tupinambá de Olivença. In: **Diário Oficial da União – Seção 1, n. 74.** Brasília: DOU, 20 de abril de 2009, p. 52-57.

_____. (VIEGAS, Susana Dores de Matos; PAULA, Jorge Luiz de; MELO, Juliana Gonçalves). **Relatório Final Circunstanciado de Identificação da Terra Indígena Tupinambá de Olivença.** Disponível no Arquivo FUNAI/Ilhéus. Ilhéus/Brasília: Fundação Nacional do Índio, 2008.

_____. **Nota Técnica nº. 01/CGEP/02.** Brasília: FUNAI, 13 de maio de 2002.

MEC, Ministério da Educação – Comitê de Educação Escolar Indígena. **Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI)** 1998. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_ação=&co_obra=26700, 1998.

PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Relatório do desenvolvimento humano 2004: liberdade cultural num mundo diversificado.** Lisboa: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2004. Disponível em: <https://hdr.undp.org/system/files/documents/2004-hdr-portuguese.2004-hdr-portuguese>. 2004.

FONTES:

MAPAS E PLANTAS

PEREIRAL, Jussara Paula Rezende e SCHIAVETTIII Alexandre. Conhecimentos e usos da fauna cinegética pelos caçadores indígenas "Tupinambá de Olivença" (Bahia). In: Artigos • Biota Neotrop. 10 (1) • Mar 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bn/a/6g5pdf6PkDpGkZSjHvtFsPp/> Acesso em mar. 2010.